

GABINETE DO
PRESIDENTE
ALEXANDRE PINHEIRO

FL
002

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, de Monte Mor, Estado de São Paulo

**DENUNCIA POR PRATICA DE CRIME DE RESPONSABILIDADE DE DANOS AO
ERÁRIO**

**EM DESFAVOR DO SR. EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, PREFEITO DO
MUNICÍPIO DE MONTE MOR.**

ALEX [REDACTED], brasileiro, solteiro, representante comercial, eleitor do município de Monte Mor, T.E. [REDACTED] portador da Cédula de Identidade RG sob nº [REDACTED], inscrito no CPF/MF sob nº [REDACTED] residente e domiciliado na Rua [REDACTED] [REDACTED] município de Monte Mor, Estado de São Paulo, com o email [REDACTED] e telefone [REDACTED] vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência Sr. Presidente da Câmara Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, apresenta da presente denuncia para a instauração do que segue:

COMISSÃO PROCESSANTE PARA CASSAÇÃO DO MANDATO

do prefeito municipal **Sr. Edivaldo Antônio Brischi**, com fulcro no **artigo 5º do Decreto-Lei nº 201/67** e no **artigo 46 da Lei Orgânica do Município de Monte Mor**, apresentar denúncias contra o **Sr. Edivaldo Antônio Brischi**, por cometimento de **infrações político administrativas** durante o exercício de seu mandato de Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo. Devendo essa casa Legislativa, por seus vereadores eleitos representantes do povo, acolha a presente denúncia e

9

FL
003

proceder o julgamento rigorosamente na forma que dispõe a legislação pertinente e ao final, que a denunciado seja totalmente procedente e tenha o denunciado seu mandato de Prefeito cassado, nos termos que seguem:

DOS FATOS

Preliminarmente se faz necessário, expor o contexto do município de Monte Mor/SP, em janeiro em 2021, no que se refere à área da Saúde e a falta de aplicação de políticas públicas.

O atual governo municipal foi empossado em 01 de janeiro de 2021, para o quadriênio de 2021 a 2024, recebeu a administração com apenas 01 hospital, mantido pela **Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus**, sob intervenção judicial, e recebendo repasses através do Termo de Colaboração nº 04/2021, cuja aprovação se deu em votação na primeira Sessão Extraordinária do ano legislativo de 2021, no valor de R\$ 12.000.000,00/ano, portanto com autorização legislativa que tem o poder dever de fiscalizar todos os atos em nome da supremacia do interesse público.

Recebeu ainda uma Unidade de Pronto Atendimento – UPA, (inacabada) cujo valor de repasse de convênio já não mais existia, devendo ser concluída com recursos próprios.

Não obstante a isso, mais 15 convênios federais e estaduais considerados irregulares, por falta de informações abastecimento de dados.

Diante do quadro acima, por insistência do Sr. **Edivaldo Antonio Brischi**, **prefeito eleito de Monte Mor**, a empresa MAGS Consultoria e Assessoria Empresarial e Gestão Pública, foi contratada, após licitação na modalidade Carta-Convite, para captação de recursos federais e abastecimento de dados dos supostos convênios irregulares, com a promessa de regularização dos mesmos.

O prefeito de Monte Mor/SP, Sr. **Edivaldo Antonio Brischi**, é o ordenador de despesas. Mesmo editando decreto delegando competência aos secretário, de fato e de direito, todas as despesas do município é de responsabilidade o chefe do executivo.

Ordenador de despesa é "toda e qualquer autoridade de cujos atos resultarem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimimento ou dispêndio de recursos." (Decreto-lei Federal nº 200/67, art. 80, § 1º); sujeita-se a procedimentos de tomadas de contas organizadas e realizadas pelos órgãos de controle interno (contabilidade e auditoria) e externo (**Tribunal de Contas**) e a **Câmara Municipal no caso dos municípios**.

O responsável pela gestão fiscal se fixa na pessoa do dirigente máximo dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de

S

Contas, sem admitir delegação de poderes, submetendo-se a uma fiscalização quanto ao cumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Portanto não há que se falar que um decreto ou qualquer outro ato administrativo possa eximir a responsabilidade o mandatário quanto a delegação de competência para ordenar despesas, o mandatário é o responsável pelos atos de que ele nomeou.

Ressalta-se que o ordenador de despesas não pode ser o agente subordinado que apenas assina o empenho ou servidor que realiza a liquidação ou o pagamento, trata-se de "autoridade administrativa", com poderes e competência para "determinar a ou não a realização da despesa, de cujo ato gerencial surge a obrigação de justificar o bom e regular uso dos dinheiros públicos" (MILESKI, 2003, p. 121).

Neste diapasão, não se tem como interpretar o conceito de ordenador de despesas por meio da literalidade do art. 80, §1º, do Decreto-Lei nº 200/67.

Art. 80. Os órgãos de contabilidade inscreverão como responsável todo o ordenador da despesa, o qual só poderá ser exonerado de sua responsabilidade após julgadas regulares suas contas pelo Tribunal de Contas.

§ 1º Ordenador de despesas é toda e qualquer autoridade de cujos atos resultarem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimimento ou dispêndio de recursos da União ou pela qual esta responda.

Faz-se necessário interpretar conforme as diretrizes da Constituição Federal de 1988, que traz o conceito de "autoridade responsável" como gênero, logo, o ordenador de despesas é, sobretudo, uma "autoridade responsável" que possui a competência de ordenar despesas. Ademais, não se pode desconsiderar as consequências jurídicas e as responsabilidades administrativas do ordenador de despesas, **visto que responderá pelas contas do órgão público** perante o Tribunal de Contas, assim, não pode ser um subordinado qualquer, mas uma "autoridade responsável", que possui legalmente a competência de administrar o dinheiro público ou bens públicos e, responsável pela execução da despesa pública.

Se assim não fosse seria os diretores e secretários os responsáveis pelas contas anuais do órgão e no caso do executivo o único responsável pelas contas anuais é o prefeito municipal e no caso do legislativo o presidente da Câmara Municipal.

Quem é o prefeito ora denunciado em pouco mais de um ano de mandato, é um prefeito que responde as seguintes ações:

UMA - Ação Popular [REDACTED] por nepotismo de sua esposa;

4



DUAS - Ações Cíveis Públicas [REDACTED]

UM - Procedimento de Investigação Criminal – PIC nº MP [REDACTED]
relacionado ao crime contra a dignidade da pessoa humana, no caso da expulsão dos moradores em situação de rua e além de,

UMA investigação na Polícia Federal sob [REDACTED]

Não bastasse as ações acima elencadas ainda respondeu a uma Comissão Processante por cometimento de infrações político administrativas nº 03/2021, proposta por cidadão e aberta pela Câmara Municipal de Monte Mor, que resultou em 09 (nove) votos pela cassação e 06 (seis) pela absolvição, e, diga-se de passagem, com o voto de uma vereadora cuja parente na linha que caracteriza nepotismo de acordo com a sumula 13 do STF era secretário municipal. O que caracteriza ofensa ao Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Mor como define o artigo 279, inciso II.

Art. 279. Perde o mandato o Vereador:

(...)

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

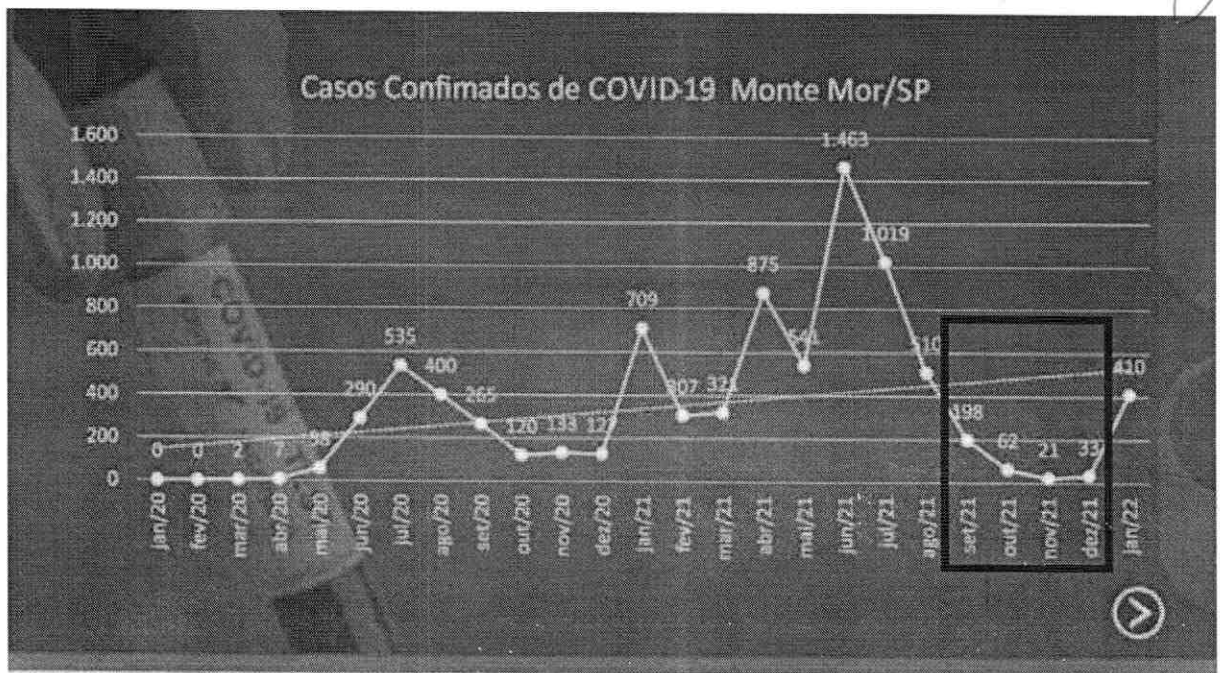
Ora excelências, nobres vereadores o povo pergunta, e necessita de respostas.

- 1- É LICITO, É DECORSO UM PARLAMENTAR INTEGRANTE DA CÂMARA MUNICIPAL, QUE DEVE FISCALIZAR O EXCEUTIVO TER PARENTE NOMEADO NA PREFEITURA COMO SECRETARIO MUNICIPAL?
- 2- O VOTO NA CP 03/2022 FOI UM VOTO COM INTERESSE ABSOLUTAMENTE PESSOAL?

DAS IRREGULARIDADES

O ano de 2021 foi marcado pelo elevado número de contaminados e óbitos resultantes da infecção pelo vírus da Covid-19 em todo o país.

Desta maneira, a União, assim como no ano de 2020, disponibilizou recursos federais repassados aos Estados e Municípios, para o enfrentamento da Covid-19.



SECRETARIA DE SAÚDE



PREFEITURA MUNICIPAL DE Monte Mor
POR UM MONTE MELHOR

Conforme informações publicadas nas mídias sociais da Prefeitura Municipal de Monte Mor, de janeiro de 2020 até dezembro de 2021, o município 7.996 casos de Covid-19, sendo que, no período de setembro de 2021 a dezembro de 2021, foram notificados 314 casos, o que representa **5,18%** do ano de 2021 e **3,93%** do total da pandemia, estes percentuais são importantes porque serão parâmetros para todas as análises desta denúncia.

Estranhamente as despesas neste mesmo período dispararam sem explicações e contrariando totalmente a queda do número de casos na cidade. Estamos falando de despesas relacionadas ao enfrentamento da Covid-19, tais como: subsídio ao hospital municipal, duplicidade de pagamento para local de atendimento especializado aos pacientes de Covid-19, contratação indevida de equipe de enfermagem, etc.

ANÁLISE DE DADOS COVID-19 (ANO 2021)

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
CASOS COVID	709	307	321	875	541	1.463	1.019	510	198	62	21	33
CISMETRO		R\$ 17.113	R\$ 65.573		R\$ 70.973	R\$ 45.483	R\$ 168.926	R\$ 76.250	R\$ 297.802	R\$ 765.135	R\$ 1.324	R\$ 371.446
ASSOC. CORAÇÃO DE JESUS						R\$ 20.000	R\$ 380.000	R\$ 350.000		R\$ 675.000	R\$ 196.000	

	CASOS	VALOR GASTO
JAN - ABR	2.212	R\$ 82.686 R\$ 37,38
MAI - AGO	3.533	R\$ 1.111.632 R\$ 314,64
SET-DEZ	314	R\$ 2.306.707 R\$ 7.346,20
	6.059	R\$ 3.501.025

A maioria das despesas relacionadas, exceto os valores dispendidos ao **CISMETRO (CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS NORTE)**, foram pagos com recursos estaduais ou federais voltados ao combate da pandemia sob código da ação 1133.

9

PASSAMOS AS IRREGULARIDADES E ILEGALIDADES PRATICADA PELO PREFEITO MUNICIPAL EM VAIAS DENUNCIAS:

DENUNCIA 1

Com a disparada dos casos de internação em leitos de enfermaria e UTI's em todo o país, (Monte Mor não possui leitos de UTI), o sr. **Edivaldo Antônio Brischí**, Prefeito de Monte Mor determinou ao sr. **Fabício Augusto Portugal**, na época Secretário Municipal de Assuntos Metropolitanos e Relações Institucionais, de analisar os contratos administrativos e manter relações com os fornecedores da prefeitura. Além disso, por determinação do sr. **Edivaldo Antônio Brischí**, Prefeito de Monte Mor, o sr. **Fabício Augusto Portugal**, na época Secretário Municipal de Assuntos Metropolitanos e Relações Institucionais, passou a orientar o Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Monte Mor, encarregando-se dos contratos administrativos e passando a buscar informações sobre disponibilidades de recursos estaduais e federais, junto a MAGS Consultoria e Assessoria Empresarial e Gestão Pública, que tem como sócio-proprietário o sr. **Marco Aurélio Gouvea da Silva**, ex- Diretor de Desenvolvimento Industrial da Prefeitura de Monte Mor e, cuja empresa, contratada através de "Carta Convite" passou a ser responsável pelo abastecimento de dados junto às plataformas interativas de programas governamentais, via internet, tendo inclusive a "senha master" do prefeito e se apresentando como assessor da prefeitura, em clara irregularidade administrativa, conforme quadro abaixo:

MUNICIPIO DE MONTE MOR

45.787.852/0001-56

Voltar Para Resultado da Consulta | Nova Consulta

Dados Básicos

Responsáveis

Membros

Membros

CPF

Nome

Cargo/Função

Responsável

Cadastrador

*** 871.868-**

ALEXANDRE CAMPOS

Secretario de Obras

-

-

*** 871.048-**

EDIVALDO BRISCHI

PREFEITO MUNICIPAL

✓

✓

*** 029.288-**

MARCO SILVA

ASSESSOR

-

✓

*** 609.318-**

RAFAEL BASSI

Assessor Convênio

-

-

*** 157.038-**

SANDRA BRUZON

Secretaria de Educação, Cultura e Turismo

-

-

*** 995.978-**

SILVANA ZANETTI

Secretaria de Finanças

-

-

Dados obtidos junto ao site Painel de Transferências Abertas +Brasil (<https://transfere.plataformamaisbrasil.gov.br/habilitacao/consulta-entidade.html>)

Dados obtidos junto ao site Pannel de Transferências Abertas +Brasil (<https://transfere.plataformamaibrasil.gov.br/habilitacao/consulta-entidade.html>)

Ciente e a partir das informações repassadas pelo sr. **Marco Aurélio Gouvea da Silva**, da empresa MAGS Consultoria e Assessoria Empresarial e Gestão Pública, sobre a existência de verbas públicas federais para o combate à pandemia da Covid-19, o sr. **Fabício Augusto Portugal**, na época Secretário Municipal Assuntos Metropolitanos e Relações Institucionais, orientou o sr. **Edivaldo Antônio Brischí**, Prefeito de Monte Mor, da possibilidade da instalação de uma unidade de atendimento exclusiva para os casos de Covid-19, em uma ala dentro do Hospital Sagrado Coração de Jesus, que não dispunha, na época, de um plano de contingenciamento e protocolos de atendimento exclusivos para o combate a Covid-19.

in despesa de ano exen, ntes refer mes res ex					nr. empenh	dt. emissao				
talhe	loco	uniao	monio	tp. despesa	identificador despesa	dt. despesa	despesa	vl. despesa	dt. funcao governo	dt. funcao recurso
31/7/2025	3021	4 Abril	Valor Pago	1904-2025	CHPI - PESSOA JURIDICA - CO-VEFICAL UNIA-ESTRUTURA P/ EVENT	07/04/21	RS	90.000,00	SAUDER	TRANSFERENCIAS E CONVENIOS FEDERAIS-VINCULADOS
31/06/20	3021	5 Junho	Valor Pago	1904-2025	CHPI - PESSOA JURIDICA - CO-VEFICAL UNIA-ESTRUTURA P/ EVENT	12/06/21	RS	54.000,00	SAUDER	TRANSFERENCIAS E CONVENIOS FEDERAIS-VINCULADOS
31/06/2024	3021	9 Setembro	Valor Pago	2100-2025	CHPI - PESSOA JURIDICA - CO-VEFICAL UNIA-ESTRUTURA P/ EVENT	23/09/21	RS	54.000,00	SAUDER	TRANSFERENCIAS E CONVENIOS FEDERAIS-VINCULADOS
							RS	187.000,00		

Esse fato causa estranheza, suspeita de tráfico de influência e direcionamento de contrato, uma vez que a empresa responsável pela montagem da infraestrutura, contratada por dispensa de licitação, é parceira da empresa **Barnabé Produções e Fabrício Portugal – ME**, de propriedade do sr. **Fabrício Augusto Portugal**, na época Secretário Municipal de Assuntos Metropolitanos e Relações Institucionais e da empresa **Estilo Som e Luz**, cujo proprietário é o sr. **Edivaldo Antonio Brischi**, Prefeito de Monte Mor, que antes de assumir o mandato, transferiu as suas cotas de participação para seu filho, Aydan Ravin Brischi, mas é o controlador e responsável pela mesma, inclusive usando de tráfico de influência para locações da empresa **Estilo Som e Luz** e da empresa **Lyllis Eventos**, de propriedade da sra. **Elaine Ravin Brischi**, Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social e Primeira Dama do município e Presidente do Fundo Social de Solidariedade de Monte Mor, fato esse que caracteriza infração político administrativa.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO 02.137.899/0001-61 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 11/09/1997
NOME EMPRESARIAL JAMPY SERVICOS LTDA		
VÍCIO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)		
PORTO ME		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 77.29-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 43.99-1-02 - Montagem e desmontagem de andaimos e outras estruturas temporárias 77.29-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimos 83.19-1-01 - Produção e promoção de eventos esportivos		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
COLOCADOR R REVERENDO WILLYBALDO PERALTA ALVES	NUMERO 98	COMPLEMENTO
CNPJ 13.343.853	MUNICIPIO JARDIM ELORADO	UF SP
E-MAIL ADM@JAMPY.COM.BR	TELEFONE (19) 7413-4559	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL		

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO 01.966.844/0001-29 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 10/12/1998
NOME EMPRESARIAL VERTICAL ORGANIZACAO DE EVENTOS LTDA		
VÍCIO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)		
PORTO ME		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
COLOCADOR	NUMERO	COMPLEMENTO
CNPJ	MUNICIPIO	UF
E-MAIL flamacontabil@terra.com.br	TELEFONE (19) 3272-3533 / (19) 3735-942	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)		
SITUAÇÃO CADASTRAL INAPTA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 11/09/2018	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL OMISSÃO DE DECLARAÇÕES		
SITUAÇÃO ESPECIAL		

DENUNCIA 2

Como já mencionado, o município de Monte Mor possui uma Unidade de Pronto Atendimento – UPA, instalada no Jardim Paulista, região de grande concentração de pessoas da região periférica.

A Unidade de Pronto Atendimento – UPA, apresentava situação irregular junto ao Ministério da Saúde, fato esse que perdura até a presente data. Porém sob a orientação do sr. **Marco Aurélio Gouvea da Silva**, da MAGS Consultoria e Assessoria Empresarial e Gestão Pública, para que o sr. **Edivaldo Antonio Brischi**, Prefeito de Monte Mor, deveria dar prosseguimento com as obras, na entrega da mesma e na sua abertura. Uma vez que o município poderia vir a ser penalizado junto ao Governo Federal, pela falta de documentação e cumprimento dos prazos perante o próprio Ministério da Saúde, de acordo com o termo de convenio.

Sendo estabelecido o mês de julho de 2021 para sua inauguração, sem qualquer critério de ordem técnica, mas por pura insistência, e determinação do sr. **Edivaldo Antonio Brischi**, Prefeito de Monte Mor.

Desta maneira, a empresa **RW Engenharia Ltda.** foi contatada para dar prosseguimento do remanescente da obra e entrega da Unidade de Pronto Atendimento - UPA. O fato é que existia uma dívida anterior e não paga com a citada empresa, desde 2020, por falta de entrega na medição. Quem renegociou as dívidas anteriormente contraídas foi o sr. **Fabrizio Augusto Portugal**, na época Secretário Municipal de Assuntos Metropolitanos e Relações Institucionais, juntamente com o sr.

FL
011

Marco Aurélio Gouvea da Silva, da MAGS Consultoria e Assessoria Empresarial e Gestão Pública e, desta forma, as obras foram retomadas e o valor da dívida foi quitado por indenização, pago com recursos do Tesouro Municipal, em uma obra cujo os recursos deveriam ser do convenio com o governo Federal. Para que fosse feito o atestado de medição e entregue o Termo de Conclusão da Obra, o que é absolutamente irregular neste caso, uma vez que os valores do repasse federal, já haviam se esgotado, não restando saldo à pagar, além de abastecer os dados e juntado documentos na plataforma eletrônica do Ministério da Saúde, para torná-la regular, fato esse que não obteve êxito.

Como o prazo estabelecido foi o mês de julho de 2021, a **CISMETRO – Consórcio Intermunicipal de Saúde na Região Metropolitana de Campinas - Norte**, a prefeitura, da qual é signatária do referido Consórcio, solicitou a contratação de médicos e equipe de enfermagem (enfermeiros e técnicos de enfermagem) para o funcionamento da UPA.

Do fato se tem que, com uma falta de planejamento, o prazo de entrega não pôde ser cumprido, contudo os médicos e a equipe de enfermagem foram contratados pela empresa credenciada pelo CISMETRO, no caso a empresa: **UNISAÚDE Serviços Médicos Ltda.**

A UPA foi inaugurada em **30 de setembro de 2021**, os médicos foram contratados em agosto de 2021, deste modo, em setembro, os médicos e equipe de enfermagem deveriam ser pagos pela prefeitura, o que ocorreu, **SEM QUE TENHA HAVIDO QUALQUER ATENDIMENTO NA UPA!**. Deste modo ficando todos sem trabalhar, mas recebendo seus salários, em claro e evidente o prejuízo ao erário municipal e o cometimento do crime de responsabilidade como tipifica no arti 1º incisos I, II, III o decreto lei 201/67, a saber:

Art. 1º São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:

I - apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio;

II - utilizar-se, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos;

III - desviar, ou aplicar indevidamente, rendas ou verbas públicas;

(...)

FL
012

E penalizados nos termos do parágrafo 1º do artigo 1º do decreto lei 201/67 que assim descreve: **§1º Os crimes definidos neste artigo são de ação pública, punidos os dos itens I e II, com a pena de reclusão, de dois a doze anos, e os demais, com a pena de detenção, de três meses a três anos.**

Neste diapasão, o fato acima tipificado independente das ações judiciais importam no procedimento definido no artigo 4º do decreto lei 201/67, que assim define:

Art. 4º São infrações político-administrativas dos Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato:

(...)

VIII - Omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município sujeito à administração da Prefeitura;

(...)

X - Proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo.

Ensejando, portanto, a aplicação do artigo 5º do mesmo decreto lei 201/67, e seus inciso que define o rito processual para aplicação da norma na Comissão Processante CP.

Art. 5º O processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara, por infrações definidas no artigo anterior, obedecerá ao seguinte rito, se outro não for estabelecido pela legislação do Estado respectivo:

I - A denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas. Se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal, para os atos do processo, e só votará se necessário para completar o *quorum* de julgamento. Será convocado o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão processante.

II - De posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, determinará sua leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento. Decidido o recebimento, pelo voto da maioria dos presentes, na mesma sessão será constituída a Comissão processante, com três Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os

9

quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator.

III - Recebendo o processo, o Presidente da Comissão iniciará os trabalhos, dentro em cinco dias, notificando o denunciado, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem, para que, no prazo de dez dias, apresente defesa prévia, por escrito, indique as provas que pretender produzir e arrole testemunhas, até o máximo de dez. Se estiver ausente do Município, a notificação far-se-á por edital, publicado duas vezes, no órgão oficial, com intervalo de três dias, pelo menos, contado o prazo da primeira publicação. Decorrido o prazo de defesa, a Comissão processante emitirá parecer dentro em cinco dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, o qual, neste caso, será submetido ao Plenário. Se a Comissão opinar pelo prosseguimento, o Presidente designará desde logo, o início da instrução, e determinará os atos, diligências e audiências que se fizerem necessários, para o depoimento do denunciado e inquirição das testemunhas.

IV - O denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência, pelo menos, de vinte e quatro horas, sendo-lhe permitido assistir as diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa.

V - concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado, para razões escritas, no prazo de 5 (cinco) dias, e, após, a Comissão processante emitirá parecer final, pela procedência ou improcedência da acusação, e solicitará ao Presidente da Câmara a convocação de sessão para julgamento. Na sessão de julgamento, serão lidas as peças requeridas por qualquer dos Vereadores e pelos denunciados, e, a seguir, os que desejarem poderão manifestar-se verbalmente, pelo tempo máximo de 15 (quinze) minutos cada um, e, ao final, o denunciado, ou seu procurador, terá o prazo máximo de 2 (duas) horas para produzir sua

FL
014

defesa oral; (Redação dada pela Lei nº 11.966, de 2009).

VI - Concluída a defesa, proceder-se-á a tantas votações nominais, quantas forem as infrações articuladas na denúncia. Considerar-se-á afastado, definitivamente, do cargo, o denunciado que for declarado pelo voto de dois terços, pelo menos, dos membros da Câmara, em curso de qualquer das infrações especificadas na denúncia. Concluído o julgamento, o Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação nominal sobre cada infração, e, se houver condenação, expedirá o competente decreto legislativo de cassação do mandato de Prefeito. Se o resultado da votação for absolutório, o Presidente determinará o arquivamento do processo. Em qualquer dos casos, o Presidente da Câmara comunicará à Justiça Eleitoral o resultado.

VII - O processo, a que se refere este artigo, deverá estar concluído dentro em noventa dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado. Transcorrido o prazo sem o julgamento, o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia ainda que sobre os mesmos fatos.

Importante deixar claro que a CISMETRO presta serviços de atendimento médico em algumas UBS's do município, o que explica o valor gasto desde a adesão ao sistema do Consórcio, além da locação de veículos que prestam serviços à Secretaria Municipal de Saúde, mas houve um aumento significativo de contratados nos meses de julho a novembro do ano de 2021, o que não condiz com a efetividade de atendimento e as diversas reclamações dos usuários do SUS, justamente por falta de médicos na rede municipal de saúde. (Código da ação 1133 – Enfrentamento da Emergência de Saúde Nacional CORONAVIRUS (COVID19)).

Reside aí, conforme documentos anexos, **FLAGRANTE SUSPEITA DE DESVIO DE DINHEIRO PÚBLICO!!!**

C

id_despesa de ano_exerc			mes_refer mes_ref_ex		nr_empenh		dt_emissao					
talhe	icio	encia	tempo	tp_despe	o	identificador_despesa	ds_despesa	despesa	vl_despesa	ds_funcao_govern	ds_fonte_recurso	
474646087	2020	6 Junho	Valor Pago	4912-2020	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	22/06/20	R\$	39.301,54	SAUDE	TESOURO	
477070709	2020	7 Julho	Valor Pago	4945-2020	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	07/07/20	R\$	16.753,82	SAUDE	TESOURO	
480046893	2020	8 Agosto	Valor Pago	4945-2020	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	05/08/20	R\$	16.089,09	SAUDE	TESOURO	
482934455	2020	9 Setembro	Valor Pago	4945-2020	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	01/09/20	R\$	15.760,27	SAUDE	TESOURO	
485510269	2020	10 Outubro	Valor Pago	4945-2020	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	08/10/20	R\$	15.027,90	SAUDE	TESOURO	
488176680	2020	11 Novembro	Valor Pago	4945-2020	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	04/11/20	R\$	16.142,36	SAUDE	TESOURO	
491403373	2020	12 Dezembro	Valor Pago	4945-2020	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	21/12/20	R\$	14.183,93	SAUDE	TESOURO	
491404237	2020	12 Dezembro	Valor Pago	4945-2020	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	01/12/20	R\$	16.027,62	SAUDE	TESOURO	
									R\$	154.336,55		

Dados obtidos junto ao site do Tribunal de Contas do Estado de SP (<https://transparencia.tce.sp.gov.br/municipio/monte-mor>)

Pagamentos do CISMETRO no ano de 2021 (JAN a DEZ) da SAÚDE													
id_despesa_de	ano_exerc	mes_refer	mes_ref_ex	nr_empenh	o		identificador_despesa	ds_despesa	dt_emissao	despesa	vl_despesa	ds_funcao_govern	ds_fonte_recur
talhe	lco	encia	tenso	tp_despe									
512360082	2021	2 Fevereiro	Valor Pago	1147-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	05/02/21	R\$		17.113,07	SAUDE	TESOURO	
515273276	2021	3 Março	Valor Pago	1842-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	17/03/21	R\$		1.240,00	SAUDE	TESOURO	
515273793	2021	3 Março	Valor Pago	1842-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	06/03/21	R\$		18.133,54	SAUDE	TESOURO	
515274094	2021	3 Março	Valor Pago	1842-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	26/03/21	R\$		4.257,04	SAUDE	TESOURO	
515274607	2021	3 Março	Valor Pago	1842-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	31/03/21	R\$		41.902,32	SAUDE	TESOURO	
515962363	2021	5 Maio	Valor Pago	1842-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	11/05/21	R\$		6.080,00	SAUDE	TESOURO	
515963632	2021	5 Maio	Valor Pago	1846-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	12/05/21	R\$		47.622,40	SAUDE	TESOURO	
515963701	2021	5 Maio	Valor Pago	1842-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	28/05/21	R\$		5.280,00	SAUDE	TESOURO	
515964076	2021	5 Maio	Valor Pago	1842-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	24/05/21	R\$		5.990,98	SAUDE	TESOURO	
522678652	2021	6 Junho	Valor Pago	1842-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	30/06/21	R\$		3.972,64	SAUDE	TESOURO	
522679801	2021	6 Junho	Valor Pago	4250-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	09/06/21	R\$		41.520,03	SAUDE	TESOURO	
525562005	2021	7 Julho	Valor Pago	1842-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	06/07/21	R\$		5.944,28	SAUDE	TESOURO	
525562465	2021	7 Julho	Valor Pago	5608-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	30/07/21	R\$		58.284,55	SAUDE	TESOURO	
525562505	2021	7 Julho	Valor Pago	5700-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	30/07/21	R\$		37.900,00	SAUDE	TESOURO	
525564353	2021	7 Julho	Valor Pago	5044-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	02/07/21	R\$		10.100,00	SAUDE	TESOURO	
525564690	2021	7 Julho	Valor Pago	5045-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	02/07/21	R\$		11.034,73	SAUDE	TESOURO	
525564709	2021	7 Julho	Valor Pago	5045-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	02/07/21	R\$		50.667,59	SAUDE	TESOURO	
525573008	2021	8 Agosto	Valor Pago	6519-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	25/08/21	R\$		48.068,72	SAUDE	TESOURO	
525573020	2021	8 Agosto	Valor Pago	1842-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	05/08/21	R\$		1.981,40	SAUDE	TESOURO	
525573074	2021	8 Agosto	Valor Pago	1842-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	25/08/21	R\$		1.977,80	SAUDE	TESOURO	
525573190	2021	8 Agosto	Valor Pago	5814-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	04/08/21	R\$		24.192,31	SAUDE	TESOURO	
531570834	2021	9 Setembro	Valor Pago	6519-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	29/09/21	R\$		198.516,37	SAUDE	TESOURO	
531571108	2021	9 Setembro	Valor Pago	6519-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	01/09/21	R\$		65.121,75	SAUDE	TESOURO	
531571186	2021	9 Setembro	Valor Pago	6519-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	20/09/21	R\$		33.832,11	SAUDE	TESOURO	
534620523	2021	10 Outubro	Valor Pago	7917-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	27/10/21	R\$		241.439,60	SAUDE	TESOURO	
534621523	2021	10 Outubro	Valor Pago	6519-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	08/10/21	R\$		54.099,09	SAUDE	TESOURO	
534621551	2021	10 Outubro	Valor Pago	7917-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	27/10/21	R\$		311.035,76	SAUDE	TESOURO	
534622229	2021	10 Outubro	Valor Pago	7917-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	20/10/21	R\$		35.326,56	SAUDE	TESOURO	
534622792	2021	10 Outubro	Valor Pago	7917-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	08/10/21	R\$		23.233,84	SAUDE	TESOURO	
537842362	2021	11 Novembro	Valor Pago	8542-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	19/11/21	R\$		1.524,47	SAUDE	TESOURO	
541316971	2021	12 Dezembro	Valor Pago	9352-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	23/12/21	R\$		50.000,00	SAUDE	TESOURO	
541318203	2021	12 Dezembro	Valor Pago	8542-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	01/12/21	R\$		117.160,73	SAUDE	TESOURO	
541318809	2021	12 Dezembro	Valor Pago	8542-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	23/12/21	R\$		54.127,16	SAUDE	TESOURO	
541318890	2021	12 Dezembro	Valor Pago	10527-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	23/12/21	R\$		13.806,10	SAUDE	TESOURO	
541319546	2021	12 Dezembro	Valor Pago	8542-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	15/12/21	R\$		136.351,88	SAUDE	TESOURO	
										R\$	1.360.025,78		

Dados obtidos junto ao site do Tribunal de Contas do Estado de SP (<https://transparencia.tce.sp.gov.br/municipio/monte-mor>)

Pagamentos do CISMETRO no ano de 2021 (SET a DEZ)												
id_despesa_de	ano_exerc	mes_refer	mes_ref_ex	nr_empenh	o	identificador_despesa	ds_despesa	dt_emissao	despesa	vl_despesa	ds_funcao_govern	ds_fonte_recurso
531570834	2021	9 Setembro	Valor Pago	6519-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	29/09/21	R\$	198.516,37	SAUDE	TESOURO	
531571108	2021	9 Setembro	Valor Pago	6519-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	01/09/21	R\$	65.121,75	SAUDE	TESOURO	
531571186	2021	9 Setembro	Valor Pago	6519-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	20/09/21	R\$	33.832,11	SAUDE	TESOURO	
534620523	2021	10 Outubro	Valor Pago	7917-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	27/10/21	R\$	241.439,60	SAUDE	TESOURO	
534621551	2021	10 Outubro	Valor Pago	6519-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	08/10/21	R\$	54.099,09	SAUDE	TESOURO	
534622229	2021	10 Outubro	Valor Pago	7917-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	27/10/21	R\$	311.035,76	SAUDE	TESOURO	
534622792	2021	10 Outubro	Valor Pago	7917-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	20/10/21	R\$	35.326,56	SAUDE	TESOURO	
537897362	2021	11 Novembro	Valor Pago	8542-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	19/11/21	R\$	1.524,47	SAUDE	TESOURO	
541316971	2021	12 Dezembro	Valor Pago	9352-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	23/12/21	R\$	50.000,00	SAUDE	TESOURO	
541318203	2021	12 Dezembro	Valor Pago	8542-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	01/12/21	R\$	117.160,73	SAUDE	TESOURO	
541318809	2021	12 Dezembro	Valor Pago	8542-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	23/12/21	R\$	54.127,16	SAUDE	TESOURO	
541318890	2021	12 Dezembro	Valor Pago	10527-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	23/12/21	R\$	13.806,10	SAUDE	TESOURO	
541319546	2021	12 Dezembro	Valor Pago	8542-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA - 19	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	15/12/21	R\$	136.351,88	SAUDE	TESOURO	
									R\$	1.435.707,38		

Dados obtidos junto ao site do Tribunal de Contas do Estado de SP (<https://transparencia.tce.sp.gov.br/municipio/monte-mor>)

O que chama a atenção não é unicamente o fato dos gastos terem sido 1.648,05% superiores ao mesmo período de 2020, mas sim a concentração de pagamentos no momento em que os casos começaram a cair drasticamente.

Somente nos meses de setembro a dezembro de 2021 os gastos superaram em muito todo o montante de pagamentos do ano de 2020 (período de 2020 – R\$ 154.336,55, frente a setembro a Dezembro/2021 – R\$ 1.435.707,38 – **830,24%** superior). Não podendo essa Câmara Municipal se abster de investigar e punir nos termos da lei o desvio das verbas públicas sem a devida prestação dos serviços.

Portanto nobres vereadores esta tipificado a ofensa a norma legal pelo Prefeito Municipal devendo responder pelos danos e com a perda do mandato como acima descrito pela norma federal.

DENUNCIA 3

No município existe um **HOSPITAL** administrado pela Associação **Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus**, e não faz parte da estrutura administrativa da Prefeitura de Monte Mor.

Foi firmado entre a Prefeitura Municipal de Monte Mor e a Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus, o Termo de Colaboração nº 04/2021, aprovado na Câmara Municipal de Monte Mor/SP e que no ano de 2021 foi estabelecido o repasse de R\$ 12.000.000,00, além de um aditamento, também votado e aprovado pela Câmara Municipal, no valor de R\$ 2.200.000,00, basicamente para o pagamento dos profissionais de saúde no atendimento da saúde pública do município. Frisa-se que é o único hospital no município, para atendimento de baixa e média complexidade.

É de conhecimento notório e, portanto, da atual administração, a precariedade dos serviços prestados pelo Hospital, dadas as inúmeras reclamações dos usuários do sistema. Além disso, as contas apresentadas não são transparentes, apresentando um déficit orçamentário que cresce ano a ano, apesar de a Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus estar sob intervenção judicial e as contas devem ser prestadas também ao judiciário.

Desta maneira, ao assumir o governo municipal, era ponto pacífico a necessidade de uma nova intervenção judicial e administrativa para que a oferta dos serviços públicos de saúde não fosse prejudicada, bem como o dinheiro público fosse bem empregado.

Optou-se por planejar uma nova intervenção, de forma imediata e, para isso, houve a contratação de um escritório de advocacia para os estudos necessários dos

9

meios legais para tanto. Houve, inclusive, reuniões com o Juiz da Comarca de Monte Mor, Dr. Gustavo Nardi, para que ele tivesse ciência desta necessidade.

Os valores de repasse para a Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus, na época do pico da pandemia e da montagem da “Tenda Covid”, aumentaram de forma alarmante. Dos valores repassados para a Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus, parte referiam-se a valores de verbas federais de combate à Covid-19. Não se está falando aqui no repasse de subvenção, mas a pactuação da Prefeitura de Monte Mor com a Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus para atendimento de pacientes do SUS.

Estranhamente, ao diminuir os casos de Covid-19, a partir de agosto de 2021, a Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus começou a receber repasses cada vez maiores. (Código da ação 1133 – Enfrentamento da Emergência de Saúde Nacional CORONAVIRUS (COVID19)).

• **Pagamentos ao HOSPITAL BEN. SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS nos anos de 2020 (JAN a DEZ)**

id_despesa	de ano_exerc	mes_refer	mes_ref_ex	nr_empenh	talhe	iclo	encia	tenso	tp_despe	o	identificador_despesa	ds_despesa	dt_emissao	despesa	vi_despesa	ds_funcao_govern	ds_fonte_recurso
469590080	2020	4	Abril	Valor Pago	3829-2020	CNPJ - PESSOA JURÍDICA - 52 ASSOC. HOSP. BEN. SDO. CORAÇÃO DE	30/04/20	R\$	150.000,00	SAÚDE	TRANSFERÊNCIAS E C						
469590737	2020	4	Abril	Valor Pago	3829-2020	CNPJ - PESSOA JURÍDICA - 52 ASSOC. HOSP. BEN. SDO. CORAÇÃO DE	30/04/20	R\$	50.000,00	SAÚDE	TRANSFERÊNCIAS E C						
474646206	2020	6	Junho	Valor Pago	4516-2020	CNPJ - PESSOA JURÍDICA - 52 ASSOC. HOSP. BEN. SDO. CORAÇÃO DE	01/06/20	R\$	32.130,08	SAÚDE	TRANSFERÊNCIAS E C						
474647067	2020	6	Junho	Valor Pago	4739-2020	CNPJ - PESSOA JURÍDICA - 52 ASSOC. HOSP. BEN. SDO. CORAÇÃO DE	09/06/20	R\$	195.860,05	SAÚDE	TRANSFERÊNCIAS E C						
488275312	2020	11	Novembro	Valor Pago	8842-2020	CNPJ - PESSOA JURÍDICA - 52 ASSOC. HOSP. BEN. SDO. CORAÇÃO DE	25/11/20	R\$	82.500,00	SAÚDE	TESOURO						
488275742	2020	11	Novembro	Valor Pago	8847-2020	CNPJ - PESSOA JURÍDICA - 52 ASSOC. HOSP. BEN. SDO. CORAÇÃO DE	06/11/20	R\$	82.500,00	SAÚDE	TESOURO						
493402944	2020	12	Dezembro	Valor Pago	9451-2020	CNPJ - PESSOA JURÍDICA - 52 ASSOC. HOSP. BEN. SDO. CORAÇÃO DE	04/12/20	R\$	82.500,00	SAÚDE	TESOURO						
														R\$	725.550,10		

Dados obtidos junto ao site do Tribunal de Contas do Estado de SP (<https://transparencia.tce.sp.gov.br/municipio/monte-mor>)

Pagamentos ao HOSPITAL BEN. SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS nos anos de 2021 (JAN a DEZ)																	
id_despesa	de ano_exerc	mes_refer	mes_ref_ex	nr_empenh	talhe	iclo	encia	tenso	tp_despe	o	identificador_despesa	ds_despesa	dt_emissao	despesa	vi_despesa	ds_funcao_govern	ds_fonte_recurso
527679032	2021	6	Junho	Valor Pago	4764-2021	CNPJ - PESSOA JURÍDICA - 52 ASSOC. HOSP. BEN. SDO. CORAÇÃO DE						30/06/21	R\$	20.000,00	SAÚDE	TRANSFERÊNCIAS E C	
525564036	2021	7	Julho	Valor Pago	5120-2021	CNPJ - PESSOA JURÍDICA - 52 ASSOC. HOSP. BEN. SDO. CORAÇÃO DE						06/07/21	R\$	380.000,00	SAÚDE	TRANSFERÊNCIAS E C	
528530016	2021	8	Agosto	Valor Pago	6078-2021	CNPJ - PESSOA JURÍDICA - 52 ASSOC. HOSP. BEN. SDO. CORAÇÃO DE						05/08/21	R\$	350.000,00	SAÚDE	TRANSFERÊNCIAS E C	
534621502	2021	10	Outubro	Valor Pago	7918-2021	CNPJ - PESSOA JURÍDICA - 52 ASSOC. HOSP. BEN. SDO. CORAÇÃO DE						08/10/21	R\$	120.000,00	SAÚDE	TRANSFERÊNCIAS E C	
534622562	2021	10	Outubro	Valor Pago	8254-2021	CNPJ - PESSOA JURÍDICA - 52 ASSOC. HOSP. BEN. SDO. CORAÇÃO DE						14/10/21	R\$	455.000,00	SAÚDE	TRANSFERÊNCIAS E C	
537844003	2021	11	Novembro	Valor Pago	8681-2021	CNPJ - PESSOA JURÍDICA - 52 ASSOC. HOSP. BEN. SDO. CORAÇÃO DE						05/11/21	R\$	195.000,00	SAÚDE	TESOURO	
														R\$	1.621.000,00		

Dados obtidos junto ao site do Tribunal de Contas do Estado de SP (<https://transparencia.tce.sp.gov.br/municipio/monte-mor>)

Enfatizando a má utilização dos recursos federais frente ao combate da COVID-19, temos os repasses feitos a Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus. Enquanto no ano de 2020 a administração direcionou R\$ 725.550,10. A atual administração no ano de 2021, direcionou inacreditáveis, R\$ 1.621.000,00.

No mês de outubro de 2021 tivemos 62 casos confirmados de covid-19 e foram repassados para esta associação o montante de R\$ 675.000,00, o que totaliza um custo de serviços médicos prestados pelo hospital de R\$ 10.887,10 por caso confirmado.

FL
018

No histórico da despesa de R\$ 196.000,00 pagos em novembro/2021, interessante foi que este pagamento foi a única parcela paga em 2021 com recursos do Tesouro, mês que tivemos segundo a própria Prefeitura Municipal de Monte Mor, apenas 21 casos de covid, o que totaliza um custo de serviços médicos prestados pelo hospital de R\$ 9.333,33 por caso confirmado.

Segue histórico da despesa **537844001** – “EMPENHO CONFORME OFICIO N 023/2021 DO DEPTO DE CONVENIOS DE 14/10/2021, QUE SOLICITA O ESTORNO DA LIQUIDACAO 10358/2021 E ORDEM DE PAGAMENTO 11452/2021, REFERENTE EMPENHO 434/2021, E EMISSAO DE NOVO EMPENHO PARA REGULARIZACAO, CONFORME AS SEGUINTE INFORMACOES: EMPENHO REF AO PAGAMENTO DE ADITAMENTO DO TERMO DE COLABORACAO N 04/2021 E LEI N 2793 DE 14/01/2021, FIRMADO COM A ASSOCIACAO HOSPITAL BENEF SAGRADO CORACAO DE JESUS, QUE TEM CERTO E AJUSTADO POR OBRIGACAO, O FORNECIMENTO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA MANUTENCAO DO EQUILIBRIO ECONOMICO FRENTE AO **AUMENTO EXPONENCIAL DOS SERVIÇOS HOSPITALARES PRESTADOS PELA MESMA, DEVIDO A PANDEMIA MUNDIAL DE INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVIRUS** E OFICIO 071/2021 DA ASSOC HOSPITAL BENEF SAGRADO CORACAO DE JESUS ESTORNO DE ORDEM DE PAGAMENTO N 11452/2021 E LIQUIDACAO 10358/2021 DE 02/09/2021, POIS FOI EMITIDO NA FICHA 629, INFORMADA INDEVIDAMENTE PELA SECRETARIA DE SAUDE, CONFORME OFICIO S/N DE 03/09/2021.

Há de se notar que com a abertura da UPA, em 30 de setembro de 2021, o processo de intervenção foi abortado, sem qualquer explicação a pedido do sr. **Edivaldo Antonio Brischi**, Prefeito de Monte Mor.

Não há que falar em respeito as normas da administração pública pelo prefeito municipal de Monte Mor do sr. **Edivaldo Antonio Brischi**, pois o Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus passou a ser o gestor da UPA, amparado em um termo de aditamento ao Termo de Colaboração nº 05/2021, firmado com a Administração Pública Municipal em 23 novembro de 2021, com vigência até 22/12/22 (14 meses), ou seja, tempo superior ao Contratos Administrativos, estabelecido na Lei 8.666/1993, em flagrante desrespeito à Lei Federal que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, tipificando assim a negação a lei vigente ofendendo o princípio constitucional da legalidade definido no artigo 37 da



Constituição Federal, cometendo mais uma vez Crime de Responsabilidade, passivo de cassação do mandato eletivo pela Câmara Municipal.

DENUNCIA 4

Conforme já mencionado, a **Unidade de Pronto Atendimento – UPA, construída com verba federal do Ministério da Saúde**, era uma obra herdada da gestão anterior e cercada de irregularidades, que podem ser comprovadas no convênio estabelecido.

O sr. **Edivaldo Antonio Brischi**, Prefeito de Monte Mor fez inclusive uma “live” em sua conta pessoal do Facebook, no dia 01/01/2021, mostrando o estado em que se encontrava a obra.

O sr. **Edivaldo Antonio Brischi**, então, estabeleceu o prazo de julho/2021 para que a UPA fosse concluída e inaugurada, inclusive divulgando essa notícia em uma “live” em sua página pessoal do Facebook.

Dessa maneira, **ordenou**, como é seu modus operandis , **a contratação da equipe de médicos e enfermeiros junto ao Cismet, mesmo não sendo possível a inauguração por ainda não ter sido concluída a obra.**

E ASSIM FOI FEITO

Os médicos foram contratados em agosto/2021, bem como a equipe de enfermagem, conforme quadro abaixo, também em agosto/2021 em sua maioria, para atuar na unidade nova, programada para a inauguração, cujos documentos, seguem anexo à presente DENÚNCIA.

RELACÃO DE FUNCIONÁRIOS CLT - UNISAUDE 2021

FUNCIONÁRIO:	CARGO:	TURNO:	BRUTO (COM ENCARGOS E BENEFÍCIOS)	DATA ADMISSÃO:	45 DIAS EXPERIÊNCIA:	90 DIAS EXPERIÊNCIA:
1	ENFERMEIRO	08:00 - 17:00	R\$ 11.816,30	23/07/2021	06/09/2021	20/10/2021
2	ENFERMEIRO	NOITE	R\$ 6.364,50	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
3	ENFERMEIRO	NOITE	R\$ 6.364,50	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
4	ENFERMEIRO	DIA	R\$ 6.364,50	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
5	ENFERMEIRO	NOITE	R\$ 6.364,50	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
6	ENFERMEIRO	DIA	R\$ 6.364,50	01/10/2021	15/11/2021	30/12/2021
7	ENFERMEIRO	DIA	R\$ 6.364,50	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
8	ENFERMEIRO	DIA	R\$ 6.364,50	02/10/2021	16/11/2021	31/12/2021
9	ENFERMEIRO	NOITE	R\$ 6.364,50	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
10	ENFERMEIRO	NOITE	R\$ 6.364,50	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
11	TÉCNICO ENFERMAGEM	NOITE	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
12	TÉCNICO ENFERMAGEM	DIA	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
13	TÉCNICO ENFERMAGEM	NOITE	R\$ 3.838,69	01/10/2021	15/11/2021	30/12/2021
14	TÉCNICO ENFERMAGEM	NOITE	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
15	TÉCNICO ENFERMAGEM	NOITE	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
16	TÉCNICO ENFERMAGEM	NOITE	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
17	TÉCNICO ENFERMAGEM	NOITE	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
18	TÉCNICO ENFERMAGEM	NOITE	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
19	TÉCNICO ENFERMAGEM	DIA	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
20	TÉCNICO ENFERMAGEM	NOITE	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
21	TÉCNICO ENFERMAGEM	DIA	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
22	TÉCNICO ENFERMAGEM	NOITE	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
23	TÉCNICO ENFERMAGEM	DIA	R\$ 3.838,69	01/10/2021	15/11/2021	30/12/2021
24	TÉCNICO ENFERMAGEM	DIA	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
25	TÉCNICO ENFERMAGEM	NOITE	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
26	TÉCNICO ENFERMAGEM	DIA	R\$ 3.838,69	01/10/2021	15/11/2021	30/12/2021
27	TÉCNICO ENFERMAGEM	NOITE	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
28	TÉCNICO ENFERMAGEM	DIA	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
29	TÉCNICO ENFERMAGEM	DIA	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
30	TÉCNICO ENFERMAGEM	DIA	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
31	TÉCNICO ENFERMAGEM	DIA	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
32	TÉCNICO ENFERMAGEM	DIA	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
33	TÉCNICO ENFERMAGEM	DIA	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
34	TÉCNICO ENFERMAGEM	NOITE	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
35	TÉCNICO ENFERMAGEM	NOITE	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
36	TÉCNICO ENFERMAGEM	DIA	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
			R\$ 168.902,74			

A UPA finalmente foi inaugurada em 30 de setembro de 2021, com ampla cobertura da mídia.

Mesmo não tendo trabalhado desde julho/2021, os médicos receberam parte de seus pagamentos.

Em 09 de novembro de 2021, o Conselho Municipal de Saúde de Monte Mor fez uma vistoria técnica na Unidade de Pronto Atendimento – UPA João Brischi.

Nessa visita, conforme relatório anexo à presente denúncia, constatou-se que a equipe de enfermagem estava em plena atividade laboral.

Foi, então, solicitada a relação dos profissionais credenciados para o efetivo trabalho naquela Unidade de Pronto Atendimento, suas fichas funcionais e contrato de trabalho. Desta forma, conforme anexo que acompanha a presente **DENÚNCIA**, constatou-se a irregularidade e foi encaminhado ofício do Conselho Municipal de Saúde, cuja cópia também encontra-se anexo à esta **DENÚNCIA**, para a Prefeitura

FL
021

Municipal de Monte Mor, com perguntas para esclarecimento dos fatos apontados como irregulares.

Verificando-se a resposta apresentada na figura do Dr. Mário César Franco Junior, Procurador Geral do Município de Monte Mor, ela é no mínimo fantasiosa e, na sua essência, faltando com a verdade, numa clara tentativa de proteger o Sr. **Edivaldo Antônio Brischi**, Prefeito de Monte Mor, mas não o exime do crime de prevaricação, previsto em nosso ordenamento jurídico, e seu conceito se encontra no art. 319 do Código Penal. Esse crime é praticado dentro da administração pública e se dá pela prática do agente público de não fazer ou retardar algo para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, ou seja, na ânsia de abrir ao público a UPA, por seu próprio interesse, o sr. **Edivaldo Antônio Brischi**, Prefeito de Monte Mor, burlou as leis vigentes, não estabelecendo contrato formal com o **CISMETRO** ou qualquer outro meio legal disponível para a contratação e utilização da equipe de enfermagem, preferindo atuar à margem da Lei.

Essa relação ilegal acima apontada, entre a Prefeitura Municipal de Monte Mor, por seu Prefeito Sr. **Edivaldo Antônio Brischi**, o **CISMETRO** e a **Unisaúde – Serviços Médicos Ltda.**, é comprovada pelos anexos que compõem a presente **DENÚNCIA**, com a relação da equipe de enfermagem constatada pelo relatório do Conselho Municipal de Saúde, com a ficha dos enfermeiros e técnicos de enfermagem fornecidos pelo próprio funcionário da UNISAÚDE Serviços Médicos Ltda. e pelo contrato de trabalho desses mesmos profissionais e do ofício do Conselho Municipal de Saúde e resposta da Prefeitura Municipal de Monte Mor, documentos esses, que fazem parte desta e seguem anexo.

Que comprovam de forma cabal **O DIREITO TUTELADO OFENDIDO**

As infrações político administrativas cometidas pelo Sr. **Edivaldo Antônio Brischi**, Prefeito de Monte Mor e que estão sujeitas ao julgamento pela Câmara Municipal de Vereadores, que podem cassar o mandato, estão contidas no Decreto Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, em seu Art. 4º e no artigo 46 da Lei Orgânica do Município de Monte Mor.

Os atos praticados pelo Sr. **Edivaldo Antônio Brischi**, Prefeito de Monte Mor, está enquadrado no inciso VIII do artigo 4º do citado Decreto Lei nº 201/1967, bem como no artigo 46, § 3º, IV da Lei Orgânica do Município de Monte Mor, por

negligenciar os interesses do Município perante a administração pública municipal, ao realizar a contratação irregular de profissionais da área de enfermagem para a realização de serviços junto à Unidade de Pronto Atendimento – UPA, sem o devido processo legal para contratação dos mesmos, em período anterior à abertura desta mesma UPA, 30 de setembro de 2021, gerando dívidas com empresa prestadora de serviços e os referidos profissionais, conforme relatório do Conselho Municipal de Saúde, parte integrante da presente.

A negligência, do Sr. **Edivaldo Antônio Brischi**, Prefeito de Monte Mor, também está enquadrado no inciso VII do art. 4º do citado Decreto-Lei nº 201/1967 e no artigo 46, § 3º, IV da Lei Orgânica do Município de Monte Mor, tratando-se de prática de atos contra a expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática. O Sr. **Edivaldo Antônio Brischi**, Prefeito de Monte Mor, efetuou os pagamentos de serviços não executados, ou seja promoveu vantagem indevida a que não prestou serviços causando prejuízo ao erário e ainda feriu de morte a disposição constitucional contida no artigo 37 da Constituição Federal em relação a moralidade, legalidade e economicidade.

O prefeito, é o ordenador de despesas e portanto o agente público responsável por autorizar o pagamento dos serviços prestados à Administração Pública, exarando o despacho para a expedição da ordem bancária, nos moldes da Lei nº 4.320/1964.

Ordenador de despesa é toda e qualquer autoridade de cujos atos resultarem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimimento ou dispêndio (§ 1º do art. 80 do Decreto-Lei nº 200/67). Também pode ser caracterizado como a autoridade com atribuições definidas em ato próprio, entre as quais as de movimentar créditos orçamentários, empenhar despesa e efetuar pagamentos (IN/DTN nº 10/91).

É sabido que o ordenador deve ter sempre presente, quando vai efetuar um pagamento, que essa é a terceira etapa da realização de despesa – 1º - “empenho”, 2º - “liquidação” - e que a mesma já se encontra definida em termos de classificação de contas. Mas é preciso que ele tenha em mãos, nesse caso, as provas do pedido dos serviços requeridos ao CISMETRO e o comprovante de execução dos serviços pelo CISMETRO. Como poderia ter os serviços executados na UPA, se ela não

estava em funcionamento.

Outra norma ignorada pelo Sr. Prefeito é o art. 67 da Lei nº 8.666/1993, que prevê: "a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assistir e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição".

O Sr. **Edivaldo Antônio Brischi**, Prefeito de Monte Mor, não instituiu legalmente um fiscal de contrato para auxiliar e fiscalizar a execução do contrato, o que chama pra si, toda responsabilidade pelos atos praticados, não havendo como criminalizar terceiros e nem mesmo para culpá-los.

Não nomeou qualquer membro da Administração Pública para coordenar e acompanhar as ações na Unidade de Pronto Atendimento – UPA, conforme o estabelecido no Plano de Trabalho apresentado ao Conselho Municipal de Saúde de Monte Mor e Lei Federal que a fundamenta.

Na esteira de sua dolosa negligência, o Sr. **Edivaldo Antônio Brischi**, Prefeito de Monte Mor, enquadra-se ainda no inciso VII do art. 4º do citado Decreto-Lei nº 201/1967 e no artigo 46, § 3º, IV da Lei Orgânica do Município de Monte Mor, tratando-se de prática de atos contra a expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática.

O Sr. **Edivaldo Antônio Brischi**, Prefeito de Monte Mor, ao estabelecer contrato irregular junto à Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus, em prazo superior ao disposto na Lei Federal nº 8.666/1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, fere o disposto na própria Lei Federal, e ainda a disposição constitucional contida no artigo 37 da Constituição Federal em relação a moralidade, legalidade e economicidade.

DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto e dos fatos relatados e devidamente comprovados com provas objetivas e cabais das ofensas às disposições legais e constitucionais ignoradas pelo Sr. **Edivaldo Antônio Brischi**, e com as contundentes provas devidamente produzidas e que se encontram anexas, **REQUER:**

1. Que a presente denúncias seja lida e votada na primeira sessão da Câmara Municipal de Monte Mor, subsequente a este protocolo, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei nº 201/1967, concomitante com o artigo 46 da Lei Orgânica do Município de Monte Mor;
2. Que os Vereadores desta Casa de Leis, diante das provas apresentadas e da gravidade dos fatos narrados, seja aprovada a recepção desta denúncia e a abertura da Comissão Processante, respeitando-se o devido processo legal, ao fim a **procedência da presente denuncia** em face do Sr. **Edivaldo Antônio Brischi** Prefeito Municipal e a cassação de seu mandato eletivo;
3. Uma vez cassado seja de imediato editado decreto legislativo decretando a vacância do cargo em razão de cassação dando posse imediata ao sr. Vice-Prefeito Municipal;
4. Que a Câmara Municipal de Monte Mor comunique a justiça eleitoral da cassação do prefeito Municipal por crime de responsabilidade;
5. Seja encaminhado Copias de inteiro teor deste procedimento ao e Ministério Público do Estado de São Paulo, para que tome as providencias pertinentes com o intuito do ressarcimento aos cofres públicos dos prejuízos causados aos cofres públicos dos valores pagos indevidamente, além de instaura do devido Processo Penal.

Por derradeiro, fica a crença do cumprimento do dever de cidadão e, que os Nobres Vereadores desta Casa de Leis de Monte Mor, não se furtem cumprir seus deveres e responsabilidades elencadas em nossa "Constituição Cidadã", cumprindo com os princípios da administração pública e defendendo os munícipes no direito de ter uma saúde digna, e contra **Malversação Dos Recursos Públicos**.

Monte Mor/SP, 10 de junho de 2022




Seguem documentos do denunciante:

1. Cópia do documento de identidade;
2. Cópia do título de eleitor;
3. Cópia comprovante de endereço;

Anexo à presente, documentos comprobatórios que a respaldam.

- Ata notória
- **Anexo 1 - Relatório de Visita Técnica do Conselho Municipal de Saúde em 09/11/2021 – UPA**
- **Anexo 2 - Ofício do Conselho Municipal de Saúde com pedido de explicações junto à Prefeitura Municipal de Monte Mor e resposta**
- **Anexo 3 - Ficha dos funcionários de enfermagem que prestavam serviços na UPA até a data da visita técnica do Conselho Municipal de Saúde**
- **Anexo 4 - Contrato de Enfermeira UPA**
- **Anexo 5 - Contrato de Técnica de Enfermagem UPA**
- **Anexo 6 - Planilha de Internações COVID-19 – Hospital**
 - ✓ Anexo 6.1 – Março/2021
 - ✓ Anexo 6.2 – Abril/2021
 - ✓ Anexo 6.3 – Maio/2021
 - ✓ Anexo 6.4 – Junho/2021
 - ✓ Anexo 6.5 – Julho/2021
 - ✓ Anexo 6.6 – Agosto/2021
 - ✓ Anexo 6.7 – Setembro/2021
 - ✓ Anexo 6.8 – Outubro/2021
- **Anexo 7 – Declaração de prestação de serviços das UBS – Conselho Municipal de Saúde**
- **Anexo 8 – Prestação de Contas do Hospital ao Conselho Municipal de Saúde / Tenda Covid**
- **Anexo 9 – Prestação de Contas da CISMETRO**
 - ✓ Anexo 9.1 – Agosto/2021
 - ✓ Anexo 9.2 – Setembro/2021
 - ✓ Anexo 9.3 – Outubro/2021
- **Anexo 10 – Projeto de Lei 156/2021 de Termo de Colaboração e Subvenção ao Hospital para Gerenciamento da Unidade de Pronto Atendimento – UPA**
- **Anexo 11 – Lei 2891/2021 de Subvenção ao Hospital para Gerenciamento da Unidade de Pronto Atendimento - UPA**

Monte Mor/SP, 10 de junho de 2022




FL
026

PROCURAÇÃO AD/EXTRA JUDICIA

Documentos pessoais denunciante

Documento de Identidade

Título de Eleitor

Comprovante de Endereço

FL
027

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na internet, no endereço: www.tse.jus.br, por meio do código de validação ou QR Code

**Companhia Paulista
de Força e Luz**

Uma empresa do Grupo CPFL Energia

CPFL
ENERGIA

Rua Jorge de Figueiredo Correa, 1632
Jd. Prof. Tarcília - Campinas - SP - CEP 13087-397
Inscrição Estadual: 244.163.955.115
Inscrição no CNPJ: 33.050.196/0001-88

75306373



Nota Fiscal
Conta de Energia Elétrica
Nº 234506666 série C
Data de Emissão 14/03/2022
Data de Apresentação: 17/03/2022
Pág: 01 de 01
Conta Contrato Nº 310110363368

Leitura Próximo Mês 14/04/2022

Lote	Roteiro de Leitura	Nº. Medidor	PN
09	MTMBU073-00000345	215405242	715854878

Reservado ao Fisco
F4E0.F583.8B69.AB05.D3D2.A060.D26A.B6B4

PREZADO(A) CLIENTE

Mantenha seus dados sempre atualizados, alguns itens determinam a tarifa e tributação de sua fatura de energia elétrica. Solicite os serviços disponíveis em nosso site com rapidez e segurança e reserve mais tempo para você em seu dia-a-dia. Mais informações acesse o endereço que consta no verso de sua conta.

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

MARIA TEODORA FURTADO

FL
028

PROCURAÇÃO

AD/EXTRA JUDICIA

Pelo presente instrumento particular de procuração **ALEX** [REDACTED]
[REDACTED] brasileiro, solteiro, representante comercial, eleitor do município de
Monte Mor, T.E. nº [REDACTED] portador da
Cédula de Identidade RG sob nº [REDACTED] inscrito no CPF/MF
sob nº [REDACTED] residente e domiciliado na Rua [REDACTED]
[REDACTED] município de Monte
Mor, Estado de São Paulo, com o email [REDACTED] e telefone
[REDACTED] nomeia e constitui como seu procurador o advogado
CLAUDIO [REDACTED], inscrito na [REDACTED] com
escritório à Rua [REDACTED], a
quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula "*ad-judicia*
/ extra-judicia", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor
contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias,
seguindo umas e outras até final decisão, usando de recursos legais e
acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda poderes especiais para excepcionar,
reconvir, transigir, praticar todos atos perante repartições públicas Federais,
Estaduais e Municipais e órgãos da administração pública direta e indireta,
podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais
poderes, praticando os atos necessários para o bom desempenho deste
mandato, dando tudo por bom, firme e valioso, **especialmente para**
representá-lo nos atos da Comissão Processante instaurada na Câmara
Municipal de Monte Mor.

Monte Mor/SP, 10 de junho de 2022

[REDACTED]

FL
029

ATA NOTORIAL



6º TABELIÃO DE NOTAS
CAMPINAS - SP
COMARCA DE CAMPINAS
LEANDRO AUGUSTO PEIXOTO DO AMARAL

LIVRO 490

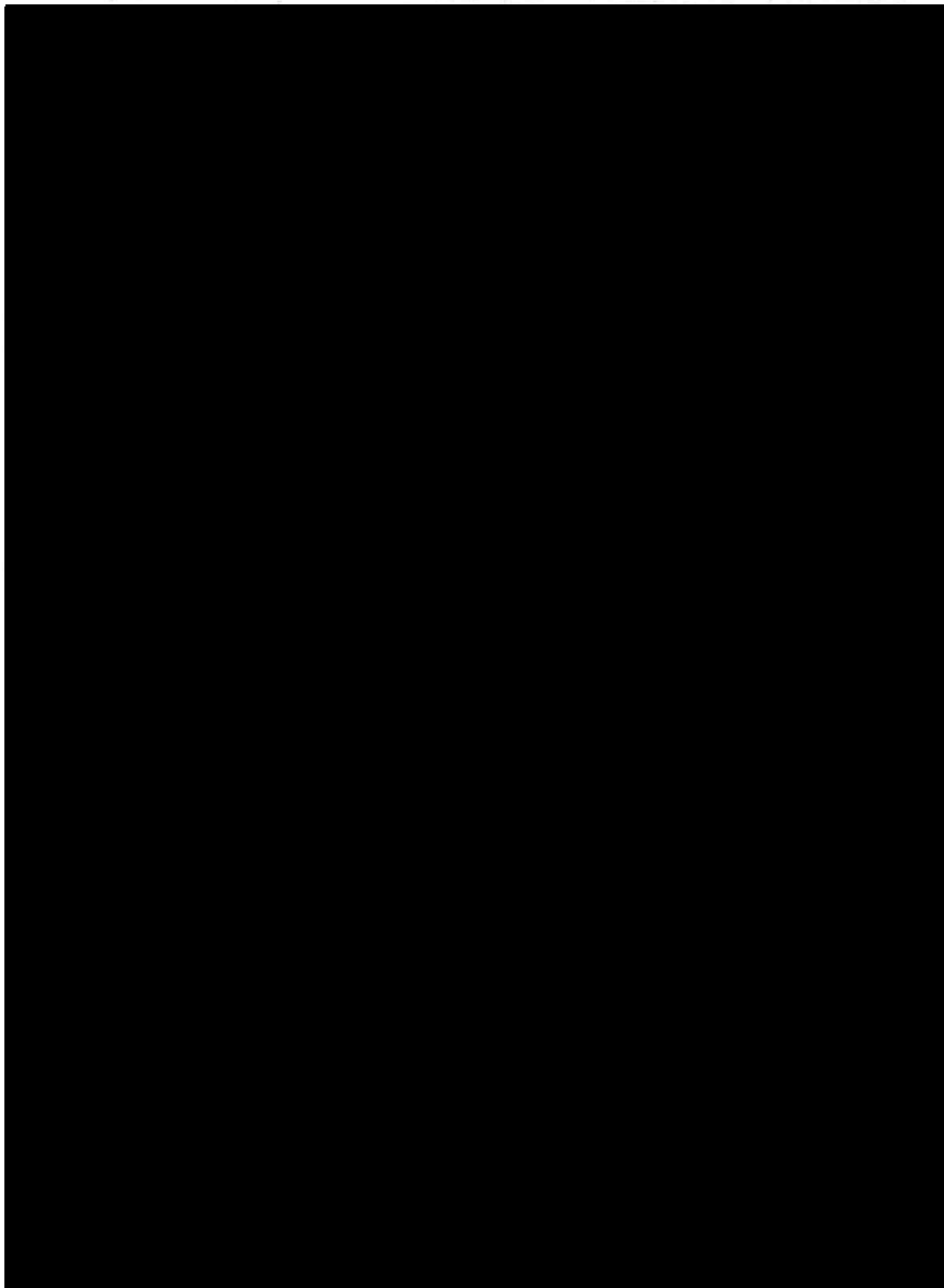
PÁGINAS 182 A 191

ATA NOTARIAL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

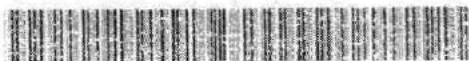
VALSO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADVERTÊNCIA, FASSINA OU EMBENIA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO



lois



União Internacional
de Notários Latino-americanos
(Fundada em 1949)



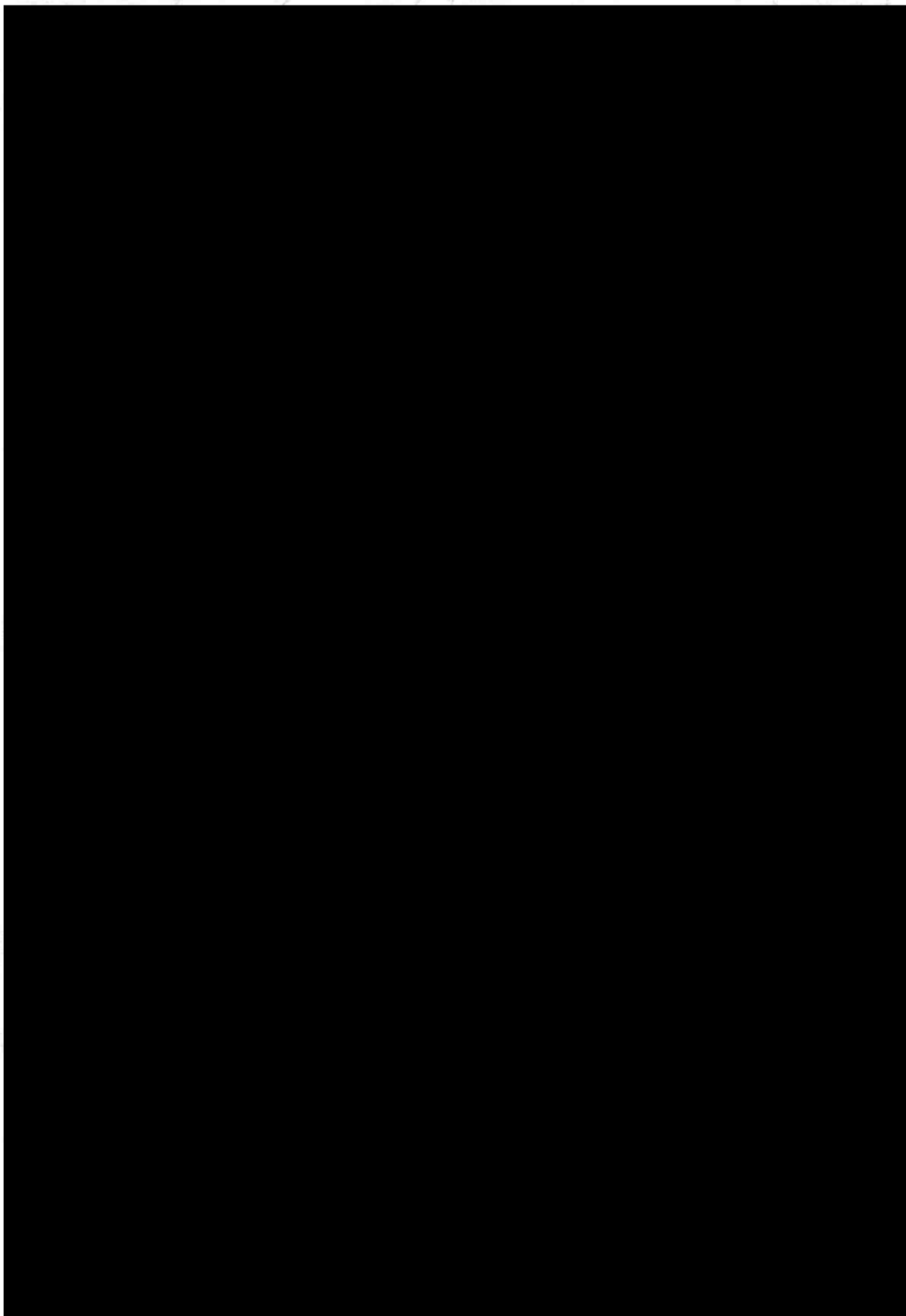
Avenida Francisco Glicério, 565 - Centro
Campinas - SP - CEP: 13012-100



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

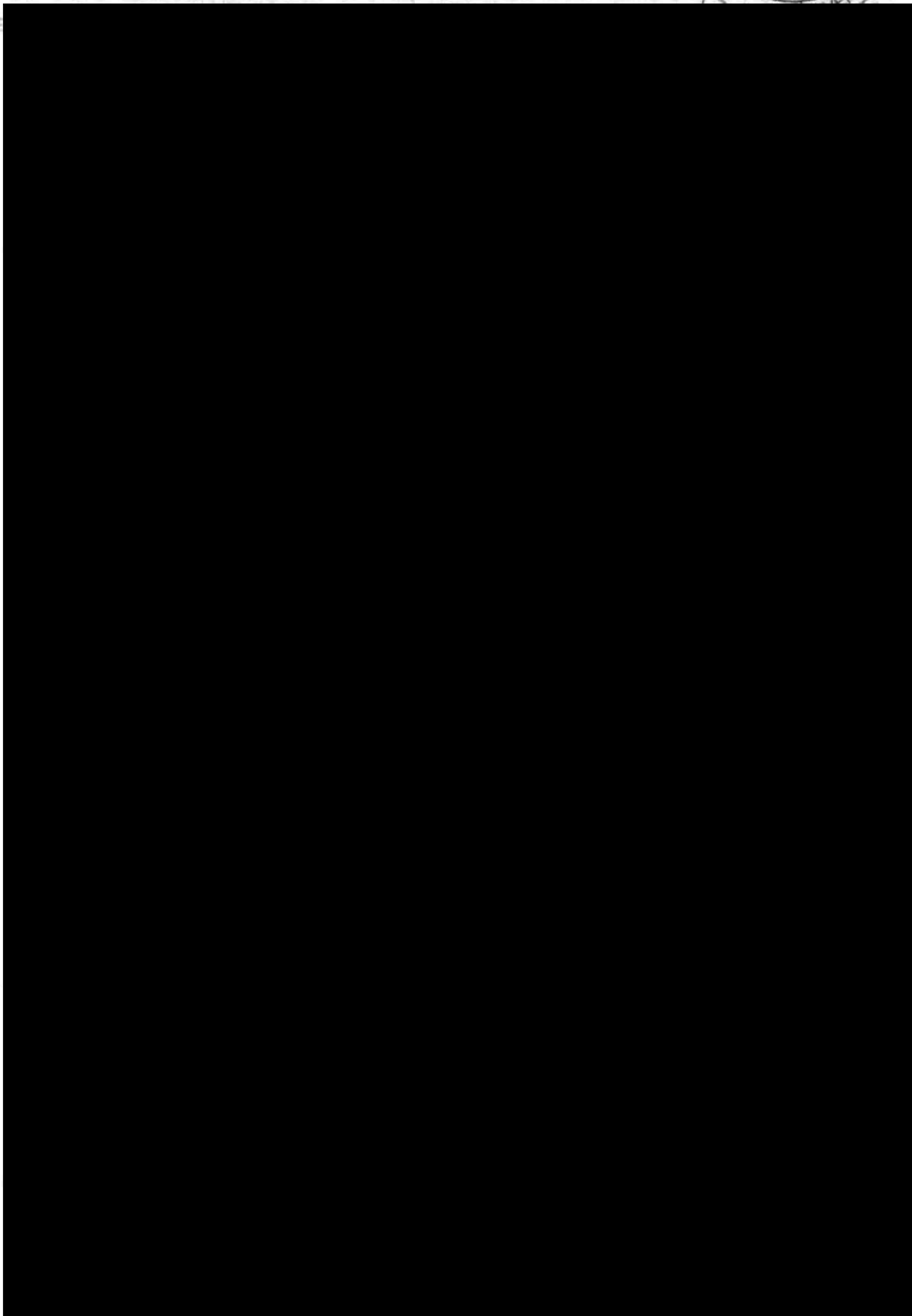
adu
194

FL
031



ADELSON MARTIN
6
Lab
de

6º TABELIÃO DE NOTAS
CAMPINAS - SP
COMARCA DE CAMPINAS
LEANDRO AUGUSTO PEIXOTO DO AMARAL



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL
QUEM ADULTERAÇÃO, NASCIDA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

RUZ JUNIOR
Tabelião de Notas
CAMPINAS - SP
SCRIVENTE



Avenida Francisco Glicério, 565 - Centro
Campinas - SP - CEP: 13012-100

REPUBLICA COOPERATIVO DO BRASIL

Avenida Francisco Glicério, 565 - Centro
Campinas - SP - CEP: 13012-100



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

PÁGINAS 182 A 191

1º TRASLADO

LIVRO 490



Edivaldo Brischi

Bom dia!!! Na manhã desta quinta-
feira os servidores da Prefeitura d...
m.facebook.com

[https://m.facebook.com/story.php?](https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=4328598773872565&id=100001674568829)

[story_fbid=4328598773872565&id=10000](https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=4328598773872565&id=100001674568829)

[1674568829](https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=4328598773872565&id=100001674568829)

18:24



Edivaldo Brischi

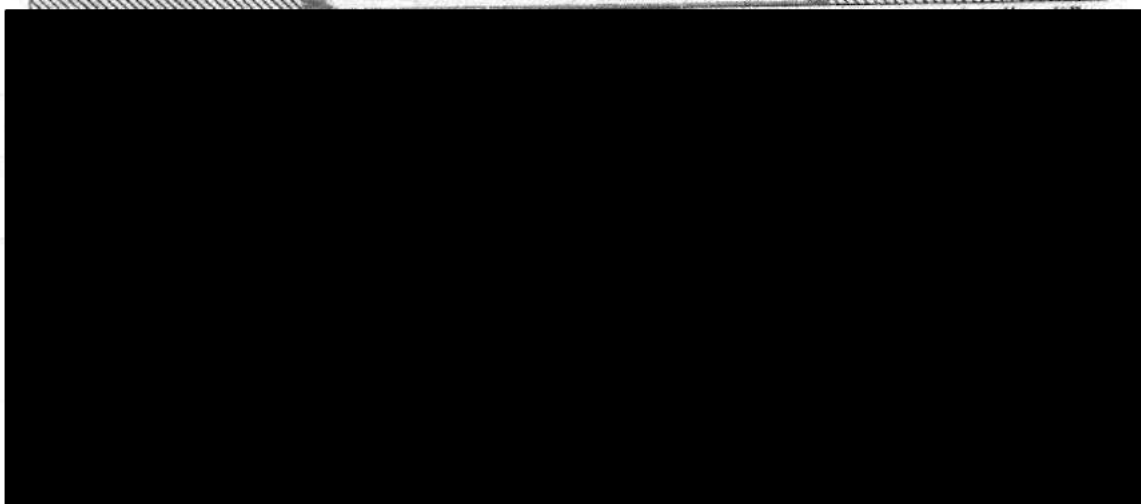
Boa noite!!!!!!!!!!!! Seguem as minhas
considerações em relação aos acontecime...
m.facebook.com

[https://m.facebook.com/story.php?](https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=4360327447366364&id=100001674568829)

[story_fbid=4360327447366364&id=](https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=4360327447366364&id=100001674568829)

[100001674568829](https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=4360327447366364&id=100001674568829)

20:04





REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VALIDO EM TODOS TERRITORIOS NACIONAIS. QUALQUER ADULTERACAO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO



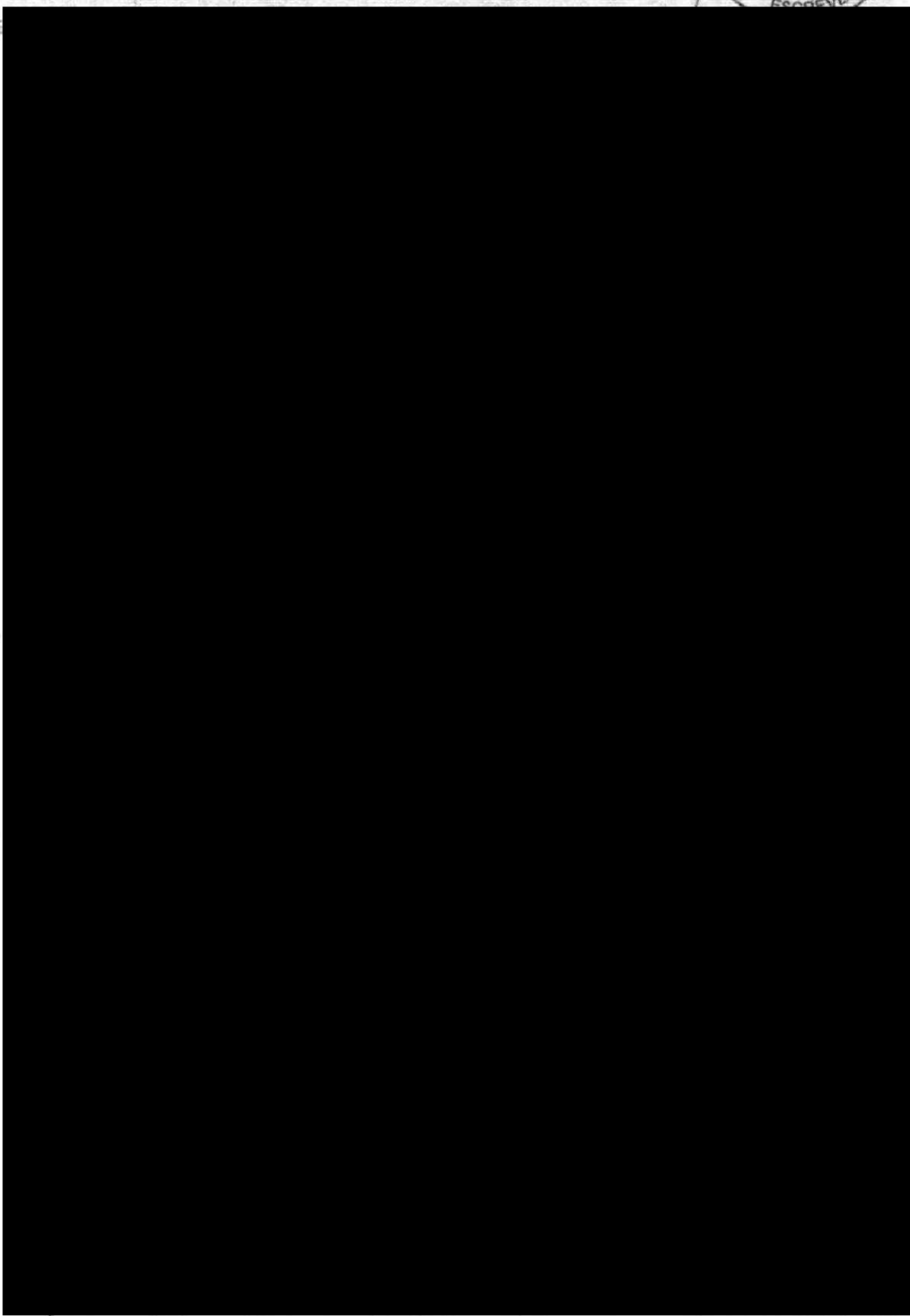
União Internacional
de Notariado Latino
(Fundada em 1948)

6º TABELIÃO DE NOTAS
CAMPINAS - SP
COMARCA DE CAMPINAS
LEANDRO AUGUSTO PEIXOTO DO AMARAL

Handwritten: FL 036

Stamp: ADELSON MARTINS RUIZ JUNIOR, Tabelião de Notas, CAMPINAS - SP, ESCRIVENTE

Handwritten: 04/05



Avenida Francisco Glicério, 565 - Centro
Campinas - SP - CEP: 13012-100



6º TABELIÃO DE NOTAS
CAMPINAS - SP
COMARCA DE CAMPINAS
LEANDRO AUGUSTO PEIXOTO DO AMARAL

LIVRO 490

PÁGINAS 182 A 191



1º TRASLADO



Simone Alves

52 min •

Bom dia
Venho ressaltar a falta de médicos
especialista, nessa PERFEITA MONTE MOR
ESTOU HA 4 MESES TENTANDO MARCAR
UM NEURO PRO MEU PAI
JA FOI REMARCADO 4 VEZES
(VERGONHA, FALTA DE RESPEITO, VIOLAÇÃO DO
ESTATUTO DO IDOSO)
POLICLÍNICA, (tá feio)
PREFEITO VC USA O SUS? SÁBE A SITUAÇÃO
NESSES 4 MESES TENDEI POR 5 VEZES LIGAR
NA SECRETARIA DE SAÚDE (EXISTE)?????



07:36

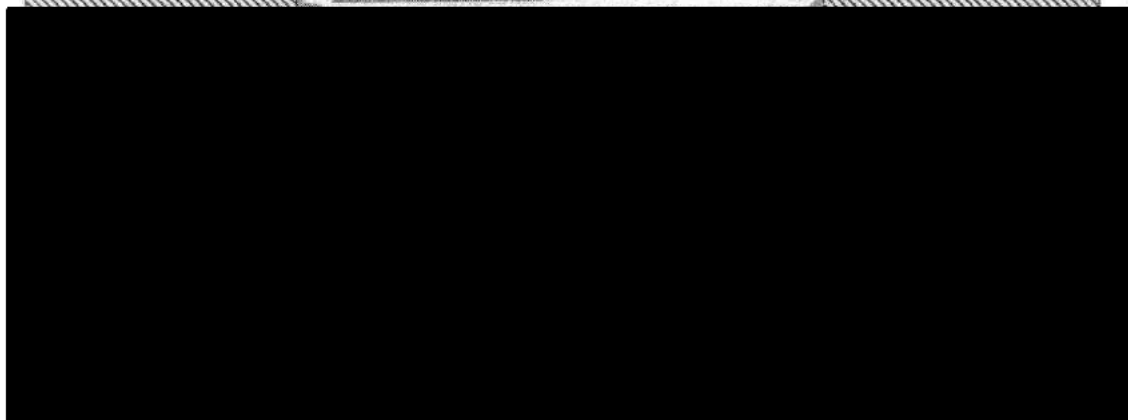


José Urias

José Urias Lobo fez uma
transmissão ao vivo.
[www.facebook.com](https://www.facebook.com/100003216503549/videos/617966956039069/)

<https://www.facebook.com/100003216503549/videos/617966956039069/>

13:45



União Internacional
de Notários Leões
(Fundada em 1948)

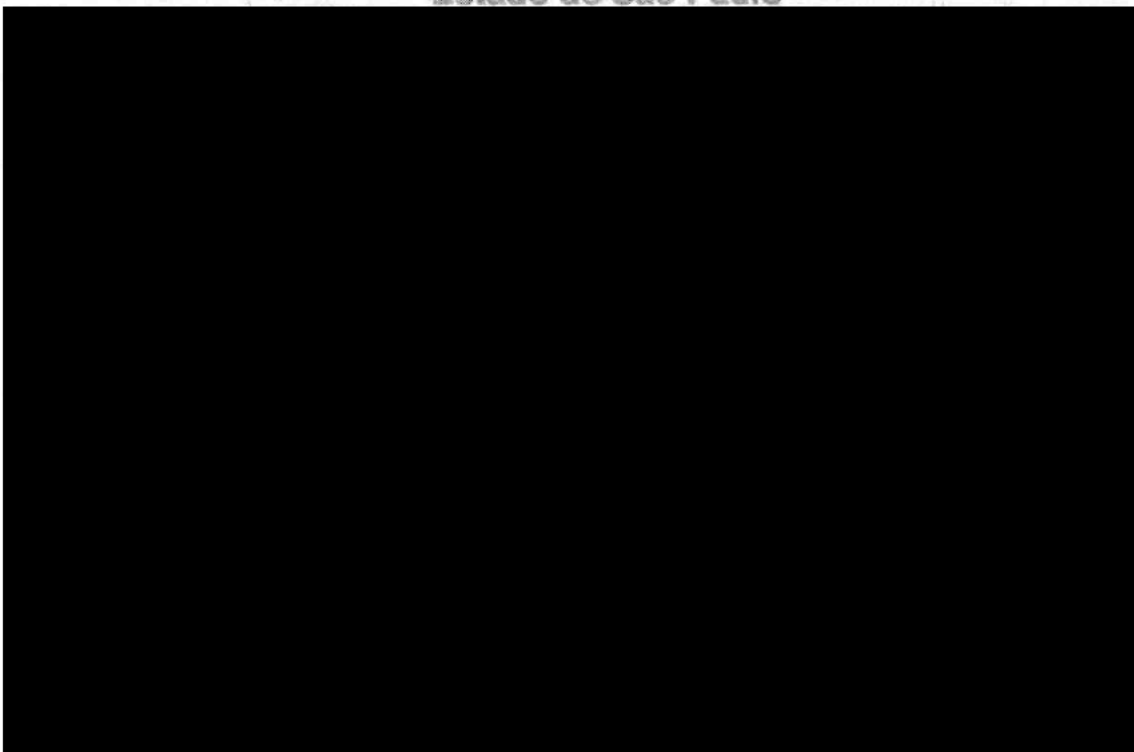


Avenida Francisco Glicério, 565 - Centro
Campinas - SP - CEP: 13012-100



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

FL
039



EM TEST. _____ DA VERDADE.



Selos Digitais: 1136961AN0000000196591229 // 1136961TR0000000196591222 // 1136961AN0000000196592227
1136961TR0000000196592220 // 1136961AN0000000196593225 // 1136961TR000000019659322Y // 1136961AN0000000196594223
1136961TR000000019659422W // 1136961AN0000000196595221 // 1136961TR000000019659522U // 1136961AN000000019659622Z
1136961TR000000019659622S // 1136961AN000000019659722X // 1136961TR000000019659722Q // 1136961AN000000019659822V
1136961TR000000019659822O // 1136961AN000000019659922T // 1136961TR000000019659922M

ANEXO 1

Relatório de vista técnica UPA 09-11-21 CMS

RELATÓRIO DE VISITA 09/11/2021

Termo de Ocorrência:

Demanda: Visita técnica à UPA.

Foi extraído cópias in loco

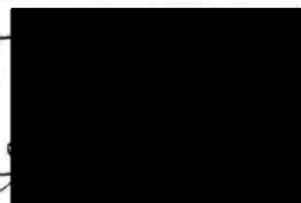
Relatório:

foi solicitado extrair cópias dos
profissionais enfermeiros, bem os tc de
enfermagem, também o contrato de trabalho
dos profissionais.
Foi configurada que tanto os enfermeiros
quanto os técnicos de enfermagem foram
contratados em Agosto de 2021 (Dia 26)
- 10 enfermeiros (01) a 5 meses
- 9 contratados.

26 técnicos de enfermagem / 6 por plantão e
pela contratada por 8 dias
"UNISAG DE"

As partes:


Adilson de Souza
Presid. do CMS



RELATÓRIO DE VISITA 09/11/2021.

Termo de Ocorrência:

Demanda: Visita técnica.

Marco Antônio Real Lopes.


Relatório:

De ser ser administrador da UPA 24h desde 02/09/2021, segundo o Sr. Marcos Antônio Real Lopes, após 60 dias, correto segundo o mesmo foi contratado em outubro/2021,

- Diretor Clínico Thânia.

O Sr. Marcos Antônio Real Lopes, não quis e nem apresentou nenhum documento pessoal que o identificasse, bem como nenhum documento que comprovasse ser o mesmo administrador da UPA 24h, bem se negou a assinar o referido termo de visita técnica.

As partes:



Presidente do CMS

UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA - JOÃO BRISCHI

Conforme orientação do Dr. Mário PROCURADOR da Prefeitura de Monte Mor, fica liberado as cópias dos regist dos funcionários da enfermagem que atuam na UPA João Brischi de Monte Mor, entregue em mãos para o Sr. Edimilson – Presidente do Conselho de Saúde.

[illegible]

Reuter	over 09/11/21	Rebena	over 22/11/21
			Rebena wipias contra los fallantes

PL
044

ANEXO 2

**Ofício do CMS com pedido de explicações à
Prefeitura Municipal de Monte Mor**



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR

Exercício: 2018

11/11/2021

Comprovante de Cadastramento de Processo

COMPROVANTE DE CADASTRAMENTO DE PROCESSO

Requerente: CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE MOR - SP

Endereço :

- MONTE MOR - SAO PAULO - SP
13190-000

Assunto : OFÍCIO

Protocolamos com o número **10073/2021 - 9**, em 11/11/21 às 13:54, o requerimento descrito na súmula abaixo:

OFICIO Nº 051/CMS/2021 - REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS QUANTO AOS ENFERMEIROS E TEC DE ENFERMAGEM QUE PRESTAM SERVIÇOS NA UPA

Monte Mor, 11 de Novembro de 2021

Consulte seu processo em: <http://consultaprotocolomontemor.presconinformatica.com.br>

Ofício nº 051/CMS/2021

Monte Mor, 11 de Novembro de 2021.

Assunto: Requisição de documentos quanto aos Enfermeiros e Tec. De enfermagem que prestam serviço na UPA.

**Exmo Sr.
EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
MD PREFEITO MUNICIPAL**

O Conselho Municipal de Saúde - CMS, órgão Colegiado, Deliberativo e permanente do Sistema Único de Saúde (SUS), de controle e fiscalização das políticas públicas de saúde no município de Monte Mor, com composição, organização e competências fixadas pela Lei Federal nº 8.142/90, bem como pela Resolução nº 453/CNS/2012, neste ato representado por seu Presidente, que este subscreve, vem respeitosamente a presença de V. Sra., expor e ao final, **REQUERER:**

1º Em atendimento a resolução nº 453/CNS/2012, de 10 de maio de 2012, em sua Quarta Diretriz, inciso:

- X - a cada três meses, deverá constar dos itens da pauta o pronunciamento do gestor, das respectivas esferas de governo, para que faça a prestação de contas, em relatório detalhado, sobre andamento do plano de saúde, agenda da saúde pactuada, relatório de gestão, dados sobre o montante e a forma de aplicação dos recursos, as auditorias iniciadas e concluídas no período, bem como a produção e a oferta de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada, de acordo com o art. 12 da Lei no 8.689/93 e com a Lei Complementar no 141/2012;

2º Em atendimento a Resolução nº 453/CNS/2012, em seus incisos:

- IV - atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;
- XIX - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho nas suas respectivas instâncias.
- Considerando o art. 10º da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à informação) estabelece que qualquer interessado poderá apresentar o pedido de acesso à informação aos órgãos públicos e entidades que especifica em seu art. 1º, por qualquer meio legítimo, sendo este Órgão (CMS), uma instância colegiada do SUS, devidamente qualificada, com devida especificação da informação requerida, ou seja, quem pede e o que pretende;
- Considerando Por sua vez, o art. 11º, esclarece que, caso a informação se encontre disponível deverá ser ela franqueada de imediato ao interessado;



- Importante ainda anotar que constitui conduta ilícita que enseja responsabilidade do agente recusar-se a fornecer informação requerida, retardar deliberadamente ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa, podendo o agente responder por improbidade administrativa, conforme disposto nas Leis 1.079/50 e 8.429/92.

Ante ao exposto acima, este Órgão:

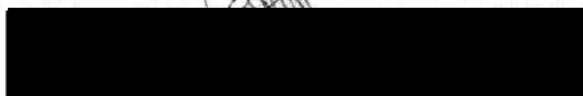
REQUISITA:

Digne V.Exa, a adotar todas as medidas necessárias, em caráter de **URGÊNCIA**, quanto ao encaminhamento à este Órgão:

- 1- Quem são os profissionais que prestam serviço na UPA 24hs, a partir de 30/09/2021 (Inauguração):
 - 1.1 – Enfermeiros – escala 12/36;
 - 1.2 – Técnicos de Enfermagem – escala 12/36, bem como a distribuição por equipes, inclusive folguistas;
- 2- Ofício do Consórcio Cismetro, solicitando o pagamento dos Enfermeiro e Tec. De Enfermagem;
- 3- Solicitação do secretário de Saúde, que conste a solicitação do pagamento através da Prefeitura, quanto ao pagamento dos Enfermeiros e Tec. De Enfermagem;
- 4- Cópia do Empenho de Pagamento e liquidação pela Prefeitura quanto ao pagamento dos Enfermeiros e Tec. De Enfermagem;
- 5- Documento que Houve comunicado ao COREN-SP, quanto a prestação de serviços dos Enfermeiros e Tec. De Enfermagem na Upa24s desde 30/09/2021.

Certos em vosso pronto atendimento, aproveitamos para reforçar nossos votos de estima e distinta consideração.

Respeitosamente.,





Monte Mor-SP, 26 de novembro de 2.021.

Protocolo 10073-2021-9

Trata-se de pedido do Conselho Municipal de Saúde, requerendo informações, face as contratações dos enfermeiros e técnicos de enfermagem que prestaram serviços junto a Unidade de Pronto Atendimento - UPA24h, totalizando cinco questionamentos como verificado no anexo.

Para todas as respostas, temos a negativa geral, motivo qual, quando do conhecimento dos fatos, por este requerimento, a municipalidade instaurou abertura de sindicância administrativa, através da portaria 6189 de 17 de novembro de 2021, qual pode ser acessado pelo link: <https://www.montemor.sp.gov.br/portal/diario-oficial/ver/6614/> em sua íntegra.

Outrossim, ressaltamos que a apuração dos fatos estão ocorrendo e todos os questionamentos serão respondidos em tempo legal.

Por fim, resta salientar, que na presente data a UPA - Unidade de Pronto Atendimento, vem sendo atendida pelo Termo de Colaboração junto à Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus.

Aproveito a oportunidade para reiterar protestos de consideração e respeito.







FL
379

Protocolo Nº: 260/2022

Nº: 260/2022

INTERESSADO:

Nº DO CGM 1025

NOME

INSCR. CADASTRAL

TELEFONE

CELULAR

FAX

E-MAIL

ENDEREÇO

CEP

BAIRRO

CIDADE / UF

C.G.C/C.P.F

INSCRIÇÃO

DADOS DO PROTOCOLO:

DATA DE ENTRADA 10/06/2022 11:35:35

ASSUNTO DENÚNCIA

SITUAÇÃO DO PROTOCOLO ...ENVIADO

ÚLTIMO DESTINATÁRIO CHEFIA DE GABINETE

DESCRIÇÃO:

REFERENTE DENÚNCIA EM DESFAVOR DO SR. EDIVALDO ANTONIO BRISCHI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR / SP.

CONFERE COM
O ORIGINAL

ARTHUR REHDER DA CUNHA PATUCI
Coordenador Legislativo

Alexandre de Jesus Pinheiro
Presidente
Câmara Municipal de Monte Mor

MONTE MOR, 10 DE JUNHO DE 2022

RESPONSÁVEL

PARA AGILIZAR O ATENDIMENTO NO PROTOCOLO MUNICIPAL. TENHA SEMPRE EM MAOS O CPF E ESTE RECIBO DE PROTOCOLO



CAMARA MUNICIPAL DE MONTE MOR
PROTOCOLO
PROTOCOLO
RELAÇÃO DE PROTOCOLOS POR GUIA

(Página: 1 / 1)

Sistema CECAM
Data: 14/06/2022 16:10
Sistema CECAM

Nº Protocolo:	831 / 2022
Requerente:	[REDACTED]
Endereço:	[REDACTED]
Bairro:	[REDACTED]
Insc. Municipal:	[REDACTED]
Assunto:	DENÚNCIA
Descrição:	REFERENTE DENÚNCIA EM DESFAVOR DO SR. EDIVALDO ANTONIO BRISCHI, PREFEITO DO MUNICIPIO DE MONTE MOR / SP.
Remetente:	CHEFIA DE GABINETE
Despacho:	Denúncia
Destinatário:	GABINETE DA PRESIDENCIA

Guia:
831 / 2022

Usuário:
alexandre.pinheiro

Recebi os protocolos acima relacionados em: ____/____/____ : ____ hrs.


Recebido.

ENCAMINHAR
p/ PROVIDÊNCIAS
da SECRETARIA
LEGISLATIVA.
15/06/22

**CONFERE COM
O ORIGINAL**





Câmara Municipal de Monte Mor
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

FL
381

Pauta da 20ª Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura (2021 - 2024)
Legislatura

Identificação Básica

Tipo de Sessão: Ordinária
Abertura: 20/06/2022 - 17:30
Encerramento: -

Expedientes

Matérias do Expediente

Matéria	Ementa	Situação
1 - Denúncia nº 2 de 2022 Processo: - Autor: Cidadão/Eleitor	Denúncia por prática de crime de responsabilidade de danos ao erário em desfavor do Sr. Edivaldo Antônio Brisch, prefeito do município de Monte Mor	Votação
2 - Projeto de Lei Ordinária nº 87 de 2022 Processo: - Autor: Camilla Hellen	Institui o Dia Municipal dos Profissionais da Saúde.	Leitura no Expediente
3 - Projeto de Lei Ordinária nº 88 de 2022 Processo: - Autor: Professor Adriel	Dispõe sobre a denominação da Rua 06 do Jardim Colorado.	Leitura no Expediente
4 - Projeto de Lei Ordinária nº 89 de 2022 Processo: - Autor: Professor Adriel	Dispõe sobre a denominação da Rua 08 do Jardim Colorado.	Leitura no Expediente
5 - Projeto de Lei Ordinária nº 90 de 2022 Processo: - Autor: Professor Adriel	Dispõe sobre a denominação da Estrada Municipal Mor 391.	Leitura no Expediente
6 - Requerimento nº 21 de 2022 Processo: - Autor: Professor Fio	Requer informações do Poder Executivo sobre a indicação nº 109/2021	Leitura no Expediente
7 - Indicação nº 226 de 2022 Processo: - Autor: Professor Adriel	Indico ao Poder Executivo a troca de lâmpada no poste localizado na rua Augusto Félix, próximo à casa nº 60, no Jardim Progresso.	Leitura no Expediente
8 - Indicação nº 227 de 2022 Processo: - Autor: Camilla Hellen	Indica ao Poder Executivo serviço de tapa buraco na rua José Geovani da Silva no Jardim Nova Alvorada	Leitura no Expediente
9 - Indicação nº 228 de 2022 Processo: - Autor: Camilla Hellen	Indica ao Poder Executivo adaptações em trechos da Rodovia SP 101 incluindo e instalando passarela na altura do Jardim Panorama KM 22,5 sentido leste	Leitura no Expediente
10 - Indicação nº 229 de 2022 Processo: - Autor: Wal da Farmácia	Indico ao Poder Executivo o reparo e recuperação da guia e do asfalto na rua Ana Ferreira dos Santos, número 72, Jardim Panorama.	Leitura no Expediente
11 - Indicação nº 230 de 2022 Processo: - Autor: Nelson Almeida	"Indica ao Poder Executivo a alteração no § 2º, do Art. 19, Seção III, Capítulo IV da Lei Complementar 08 de 02 de julho de 2007, que dispõe sobre o Estatuto da Guarda Civil Municipal de Monte Mor".	Leitura no Expediente



Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

PORTARIA Nº 60 DE 22 DE JUNHO DE 2022.



"AFIXADO NO QUADRO DE
AVISOS EM 22/06/2022"
MARIA ELISABETH H. AZEVEDO
Recepcionista

"Dispõe sobre a instauração da Comissão Processante, para apurar a Denúncia nº 02/2022, por supostas infrações político-administrativas praticadas pelo Prefeito Municipal de Monte Mor, Sr. Edivaldo Antônio Brischi, e dá outras providências. "

ALEXANDRE PINHEIRO, Presidente da Câmara Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e:

Considerando que foi recebida pelos votos de 09 vereadores na 20ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª legislatura, a denúncia de supostas infrações político-administrativas praticadas pelo Prefeito Municipal de Monte Mor, Sr. Edivaldo Antônio Brischi, por fatos previstos no art. 4º, incisos VII e VIII, do Decreto-Lei nº 201/67;

Considerando ainda que foi constituída a Comissão Processante formada por três Vereadores sorteados, nos termos do art. 5º, inciso II, do Decreto-Lei nº 201/67 para o prosseguimento do Processo de Cassação do Mandato do Prefeito;

Considerando por fim que o Processo de Cassação do Mandato do Prefeito deverá prosseguir sob a responsabilidade da Comissão Processante, nos termos do que dispõe o art. 5º, incisos III a VII, do Decreto-Lei nº 201/67;

Resolve

Art. 1º - Instaurar a **COMISSÃO PROCESSANTE** para apurar a Denúncia nº 02/2022, por supostas infrações político-administrativas praticadas pelo Prefeito Municipal de Monte Mor, Sr. Edivaldo Antônio Brischi, composta pelos os Vereadores integrantes da Comissão Processante, onde elegeram:

Vereadora Valdirene Joandsin Silva - Wal da Farmácia (PSL)
Presidente

Vereador Nelson Almeida Flor - Nelson Almeida (SOLIDARIEDADE)
Relator

Vereadora Milziane Menezes de Brito- Milziane Menezes (PSDB)
Membro

Art. 2º - A condução do processo ficará sob a responsabilidade da Comissão Processante sorteada, onde deverão observar todos os trâmites previstos no art. 5º, incisos III ao VII, do Decreto-Lei nº 201/67.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 20 (vinte) de junho do corrente ano.



Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

Câmara Municipal de Monte Mor, 22 de junho de 2022.

FL
383
[Signature]

[Signature]
ALEXANDRE PINHEIRO
Presidente

[Signature]
ADRIEL DE OLIVEIRA NASCIMENTO
1º Secretário

Publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Monte Mor aos 22 dias do mês de junho do ano de 2022.

[Signature]
RENATA BERNARDO DE SOUSA
Diretora Geral



Câmara Municipal de Monte Mor

"Palácio 24 de Março"

384

CERTIDÃO Nº 06/2022

ARTHUR [REDACTED] portador do documento de identidade [REDACTED] e inscrito no CPF de nº [REDACTED] **servidor público municipal efetivo** no cargo e função de Assistente Legislativo da Câmara Municipal de Monte Mor, na condição de Coordenador Legislativo, **CERTIFICO** que a DENÚNCIA nº 02/2022, cuja ementa é "*Denúncia por prática de crime de responsabilidade de danos ao erário em desfavor do Sr. Edivaldo Antônio Brischi, prefeito do município de Monte Mor*", foi APROVADA pelo plenário por 09 (nove) votos favoráveis e 05 (cinco) votos contrários, na data de 20 de junho de 2022, conforme extrato em anexo. CERTIFICO também que foram sorteados os 03 (três) membros da Comissão Processante resultante da aprovação da denúncia na mesma data, a saber, vereadores NELSON ALMEIDA, WAL DA FARMÁCIA e MILZIANE MENEZES. Os cargos foram definidos pelos componentes por 2 votos favoráveis e 1 voto contrário, sendo Wal da Farmácia como Presidente, Nelson Almeida como relator e Milziane Menezes como membro, conforme declarado durante a 20ª Sessão Ordinária.

O referido é verdade e dou fé.

Monte Mor, 22 de junho de 2022.

Arthur [REDACTED]

Coordenador Legislativo



Câmara Municipal de Monte Mor
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

FL
385

**Resumo da 20ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª (2021 - 2024)
(Atual) Legislatura**

Informações Básicas

Tipo da Sessão: Ordinária

Abertura: 20/06/2022 - 17:30

Encerramento: 20/06/2022 - 19:56

Conteúdo Multimídia

Multimídia Audio: Indisponível

Multimídia Video: Indisponível

Mesa Diretora

Presidente: Alexandre Pinheiro/PTB

1º Secretário: Professor Adriel/PT

2º Secretário: Andrea Garcia/PTB

Lista de Presença da Sessão

Alexandre Pinheiro/PTB

Altran/MDB

Andrea Garcia/PTB

Beto Carvalho/DEM

Bruno Leite/DEM

Camilla Hellen/REPUBLICANOS

João do Bar/PSL

Milziane Menezes/PSDB

Nelson Almeida/SD

Paranhos/MDB

Pavão da Academia/MDB

Professor Adriel/PT

Professor Fio/PTB

Vitor Gabriel/PSDB

Wal da Farmácia/PSL



Câmara Municipal de Monte Mor
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

FL
386

**Resumo da 20ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª (2021 - 2024)
(Atual) Legislatura**

Expedientes

Matérias do Expediente

Matéria	Ementa	Resultado da Votação
1 - PRESE Presença na Sessão 20/2022 Turno: Autor: Desconhecido	Presença na 20ª Sessão Ordinária	Quórum regimental atingido
2 - DEN Denúncia 2/2022 Turno: Autor: Cidadão/ Eleitor	Denúncia por prática de crime de responsabilidade de danos ao erário em desfavor do Sr. Edivaldo Antônio Brischi, prefeito do município de Monte Mor	Matéria lida
3 - PL Projeto de Lei Ordinária 87/2022 Turno: Autor: Camilla Hellen	Institui o Dia Municipal dos Profissionais da Saúde.	Matéria lida
4 - PL Projeto de Lei Ordinária 88/2022 Turno: Autor: Professor Adriel	Dispõe sobre a denominação da Rua 06 do Jardim Colorado.	Matéria lida
5 - PL Projeto de Lei Ordinária 89/2022 Turno: Autor: Professor Adriel	Dispõe sobre a denominação da Rua 08 do Jardim Colorado.	Matéria lida
6 - PL Projeto de Lei Ordinária 90/2022 Turno: Autor: Professor Adriel	Dispõe sobre a denominação da Estrada Municipal Mor 391.	Matéria lida
7 - REQ Requerimento 21/2022 Turno: Autor: Professor Fio	Requer informações do Poder Executivo sobre a indicação nº 109/2021	Matéria lida
8 - IND Indicação 226/2022 Turno: Autor: Professor Adriel	Indico ao Poder Executivo a troca de lâmpada no poste localizado na rua Augusto Félix, próximo à casa nº 60, no Jardim Progresso.	Matéria lida
9 - IND Indicação 227/2022 Turno: Autor: Camilla Hellen	Indica ao Poder Executivo serviço de tapa buraco na rua José Geovani da Silva no Jardim Nova Alvorada	Matéria lida
10 - IND Indicação 228/2022 Turno: Autor: Camilla Hellen	Indica ao Poder Executivo adaptações em trechos da Rodovia SP 101 incluindo e instalando passarela na altura do Jardim Panorama KM 22,5 sentido leste	Matéria lida
11 - IND Indicação 229/2022 Turno: Autor: Wal da Farmácia	Indico ao Poder Executivo o reparo e recuperação da guia e do asfalto na rua Ana Ferreira dos Santos, número 72, Jardim Panorama.	Matéria lida



Câmara Municipal de Monte Mor
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

FL
387

**Resumo da 20ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª (2021 - 2024)
(Atual) Legislatura**

Matéria	Ementa	Resultado da Votação
12 - IND Indicação 230/2022 Turno: Autor: Nelson Almeida	Indica ao Poder Executivo a alteração no § 2º, do Art. 19, Seção III, Capítulo IV da Lei Complementar 08 de 02 de julho de 2007, que dispõe sobre o Estatuto da Guarda Civil Municipal de Monte Mor".	Matéria lida
13 - IND Indicação 231/2022 Turno: Autor: Professor Adriel	Indica ao Poder Executivo a alteração do inciso I do art. 73 da Lei Complementar nº 4, de 27 de dezembro de 2006, para concessão de 2 (dois) dias de ausência no serviço para doar sangue.	Matéria lida
14 - IND Indicação 232/2022 Turno: Autor: Milziane Menezes	Indico ao Poder Executivo a implantação de uma faixa de pedestre na Rua Rio Grande do Sul, de frente a Creche EM Prof (a) Doracina Assis Pereira, no Jardim do Engenho.	Matéria lida
15 - IND Indicação 233/2022 Turno: Autor: Milziane Menezes	Indico ao Poder Executivo a instalação de placa de passagem sinalizadora de escolares, na Rua Rio Grande do Sul, nas proximidades da Creche EM Prof.(a) Doracina Assis Pereira, no Jardim do Engenho.	Matéria lida
16 - IND Indicação 234/2022 Turno: Autor: Professor Fio	Indica ao Poder Executivo a canalização do esgoto ao lado da obra da UBS do Jardim São Gabriel	Matéria lida
17 - IND Indicação 235/2022 Turno: Autor: Professor Adriel	Indica ao Poder Executivo que seja feita a renovação da pintura dos redutores de velocidade (Lombada), na extensão da Av. Jânio Quadros, no centro de monte Mor.	Matéria lida

Votações Nominais - Matérias do Expediente

Matéria	Votos
Presença na Sessão nº 20 de 2022	Alexandre Pinheiro Sim Altran Sim Andrea Garcia Sim Beto Carvalho Sim Bruno Leite Sim Camilla Hellen Sim João do Bar Sim Milziane Menezes Sim Nelson Almeida Sim Paranhos Sim Pavão da Academia Sim Professor Adriel Sim Professor Fio Sim Vitor Gabriel Sim Wal da Farmácia Sim

Oradores do Expediente

Nº da Ordem	Parlamentar	Observação
1	Bruno Leite/DEM	-
2	Nelson Almeida/SD	-
3	Paranhos/MDB	-
4	Camilla Hellen/ REPUBLICANOS	-
5	Pavão da Academia/MDB	-



Câmara Municipal de Monte Mor
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

FL
388

**Resumo da 20ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª (2021 - 2024)
(Atual) Legislatura**

Nº da Ordem	Parlamentar	Observação
6	Vitor Gabriel/PSDB	-
7	Milziane Menezes/PSDB	-
8	Altran/MDB	-
9	Professor Fio/PTB	-

Lista de Presença da Ordem do Dia

Alexandre Pinheiro/PTB

Altran/MDB

Andrea Garcia/PTB

Beto Carvalho/DEM

Bruno Leite/DEM

Camilla Hellen/REPUBLICANOS

João do Bar/PSL

Milziane Menezes/PSDB

Nelson Almeida/SD

Paranhos/MDB

Pavão da Academia/MDB

Professor Adriel/PT

Professor Fio/PTB

Vitor Gabriel/PSDB

Wal da Farmácia/PSL

Matérias da Ordem do Dia

Matéria	Ementa	Resultado da Votação
1 - PRESE Presença na Sessão 20/2022 Turno: Autor: Desconhecido	Presença na 20ª Sessão Ordinária	Quórum regimental atingido
2 - DEN Denúncia 2/2022 Turno: Autor: Cidadão/ Eleitor	Denúncia por prática de crime de responsabilidade de danos ao erário em desfavor do Sr. Edivaldo Antônio Brischi, prefeito do município de Monte Mor	Aprovado
3 - PL Projeto de Lei Ordinária 81/2022 Turno: Autor: Vitor Gabriel	Altera o art. 1º da Lei 1.827 de 03 de dezembro de 2013.	Aprovado



Câmara Municipal de Monte Mor
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

FL
389

**Resumo da 20ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª (2021 - 2024)
(Atual) Legislatura**

Matéria	Ementa	Resultado da Votação
4 - REQ Requerimento 21/2022 Turno: Autor: Professor Fio	Requer informações do Poder Executivo sobre a indicação nº 109/2021	Aprovado
5 - MOC Moção 9/2022 Turno: Autor: Professor Fio	Moção de aplausos ao Sr. Carlos Henrique de Sousa Bulhões, (Gigante) pelo excelente trabalho realizado com o Projeto Social Real Cristo F. C.	Matéria não votada

Votações Nominais - Matérias da Ordem do Dia

Matéria	Votos
Presença na Sessão nº 20 de 2022	Alexandre Pinheiro Sim Altran Sim Andrea Garcia Sim Beto Carvalho Sim Bruno Leite Sim Camilla Hellen Sim João do Bar Sim Milziane Menezes Sim Nelson Almeida Sim Paranhos Sim Pavão da Academia Sim Professor Adriel Sim Professor Fio Sim Vitor Gabriel Sim Wal da Farmácia Sim
Denúncia nº 2 de 2022	Alexandre Pinheiro Não Votou Altran Sim Andrea Garcia Não Beto Carvalho Sim Bruno Leite Sim Camilla Hellen Não João do Bar Sim Milziane Menezes Não Nelson Almeida Sim Paranhos Sim Pavão da Academia Não Professor Adriel Não Professor Fio Sim Vitor Gabriel Sim Wal da Farmácia Sim
Moção nº 9 de 2022	Matéria não votada
Requerimento nº 21 de 2022	Alexandre Pinheiro Não Votou Altran Sim Andrea Garcia Abstenção Beto Carvalho Sim Bruno Leite Sim Camilla Hellen Sim João do Bar Sim Milziane Menezes Sim Nelson Almeida Sim Paranhos Sim Pavão da Academia Abstenção Professor Adriel Sim Professor Fio Sim Vitor Gabriel Sim Wal da Farmácia Sim



Câmara Municipal de Monte Mor
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

FL
390

**Resumo da 20ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª (2021 - 2024)
(Atual) Legislatura**

Matéria	Votos
Projeto de Lei Ordinária nº 81 de 2022	Alexandre Pinheiro Não Votou Altran Sim Andrea Garcia Sim Beto Carvalho Sim Bruno Leite Sim Camilla Hellen Sim João do Bar Sim Milziane Menezes Sim Nelson Almeida Sim Paranhos Sim Pavão da Academia Sim Professor Adriel Sim Professor Fio Sim Vitor Gabriel Sim Wal da Farmácia Sim

Oradores das Explicações Pessoais

Ocorrências da Sessão

20ª Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura - - Após aprovação da Denúncia nº 02/2022, foi realizado o sorteio dos membros que irão compor a Comissão Processante. Os Vereadores sorteados foram Nelson Almeida, Wal da Farmácia e Milziane Menezes. Posteriormente, houve uma pausa na Sessão para que os sorteados realizassem reunião, durante a qual a Vereadora Wal da Farmácia foi eleita Presidente, o Vereador Nelson Almeida, relator e a Vereadora Milziane Menezes, Membro da Comissão Processante;
- O Vereador Professor Fio apresentou requerimento verbal de adiamento de votação da Moção nº 09/2022, uma vez que, segundo o mesmo, o homenageado não pôde comparecer à Sessão Plenária. Por votação simbólica, o requerimento foi aprovado.

Considerações Finais



Câmara Municipal de Monte Mor

"Palácio 24 de Março"

FL 391
PA [Signature]

CERTIDÃO Nº 07/2022

ARTHUR [Redacted], portador do documento de identidade RG sob nº [Redacted] SSP-SP e inscrito no CPF de nº [Redacted] **servidor público municipal efetivo** no cargo e função de Assistente Legislativo da Câmara Municipal de Monte Mor, na condição de Coordenador Legislativo, **CERTIFICO** que a Secretaria Legislativa juntou os documentos referentes à tramitação interna da DENÚNCIA nº 02/2022, realizando em seguida a numeração das páginas da mesma até a folha nº 391, referente a esta certidão, deixando-a apta a ser entregue à Comissão Processante. Certifico também que a ata referente à 20ª Sessão Ordinária, em que foi aprovada a recepção da referida denúncia será enviada à Comissão Processante tão logo a ata seja aprovada pelo Plenário na 21ª Sessão Ordinária.

O referido é verdade e dou fé.

Monte Mor, 22 de junho de 2022.

[Signature]
Arthur [Redacted]

Coordenador Legislativo



Protocolo Nº: 284/2022

Nº: 284/2022

INTERESSADO:

Nº DO CGM 932
NOME VALDIRENE JOANDSIN DA SILVA
INSCR. CADASTRAL
TELEFONE
CELULAR
FAX
E-MAIL
ENDEREÇO RUA RAGE MALUF 45
CEP 13190-027
BAIRRO CENTRO
CIDADE / UF MONTE MOR/SP
C.G.C/C.P.F
INSCRIÇÃO



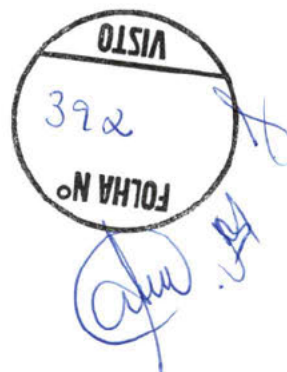
DADOS DO PROTOCOLO:

DATA DE ENTRADA 23/06/2022 11:50:30
ASSUNTO COMISSÃO PROCESSANTE

SITUAÇÃO DO PROTOCOLO ...ENVIADO
ÚLTIMO DESTINATÁRIO CHEFIA DE GABINETE

DESCRIÇÃO:

REFERENTE SOLICITAÇÃO DE FUNCIONÁRIO EFETIVO E CORPO JURÍDICO.




MARIA ELISABETH H. AZEVEDO
Recepcionista

MONTE MOR, 23 DE JUNHO DE 2022

RESPONSÁVEL



Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



COMISSÃO PROCESSANTE

DENÚNCIA Nº 03/2021

MEMORANDO INTERNO

Monte Mor, 23 de junho de 2022

MEMORANDO 01/2022

Ref. Solicitação de funcionário efetivo e corpo jurídico.

Senhor Alexandre,

A Comissão Processante constituída para apurar a Denúncia 02/2022, conforme PORTARIA Nº 60 DE 22 DE JUNHO DE 2022 (Folha 382) deste processo, solicita a disponibilidade do funcionário efetivo, Arthur Rehder da Cunha Patuci – Coordenador Legislativo bem como o apoio do departamento jurídico para acompanhar os trabalhos desta Comissão nos trâmites referente a Denúncia.

Monte Mor, 23 de junho de 2022


VER. WAL DA FARMÁCIA
Presidente da Comissão Processante

Exmo. Senhor Alexandre Pinheiro
Presidente da Câmara Municipal de Monte Mor
Nesta.



Câmara Municipal de Monte Mor

"Palácio 24 de Março"

DESPACHO DO PRESIDENTE

COMISSÃO PROCESSANTE

DENÚNCIA Nº 02/2022

DESPACHO DO PRESIDENTE

DESPACHO Nº 003/2022



O Presidente da Comissão Processante, no uso de suas atribuições legais, considerando o que dispõe o inciso III, Artigo 5º do Decreto-Lei nº 201/1967; Considerando o recebimento da DENÚNCIA Nº 02/2022 conforme PORTARIA nº 60 de 22 de junho de 2022 (Folha 382) deste processo.

Os membros eleitos e qualificados conforme PORTARIA nº 60 de 22 de junho de 2022 (Folha 382) deste processo, esclarecendo que o Protocolo nº 284/2022 feito via Sistema SECAM é para desconsiderar, e considerar o Protocolo 286/2022, simplesmente para correção do número da Comissão Processante para 02/2022.

O mesmo erro ocorreu nos E-mails e WhatsApp enviados aos vereadores da Comissão Processante, e-mails dos assessores, o Coordenador Legislativo, Arthur Rehder da Cunha Patuci e um representante do departamento jurídico desta casa Legislativa, para a primeira reunião da COMISSÃO PROCESSANTE, ao verificar o erro, foi corrigido imediatamente. Todos em anexo.

Monte Mor, 23 de junho de 2022.

VEREADORA WAL DA FARMÁCIA
PRESIDENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE



Protocolo Nº: 286/2022

Nº: 286/2022

INTERESSADO:

Nº DO CGM 932
NOME VALDIRENE JOANDSIN DA SILVA
INSCR. CADASTRAL
TELEFONE (19) 3889-2780
CELULAR
FAX
E-MAIL
ENDEREÇO RUA RAGE MALUF 45
CEP 13190-027
BAIRRO CENTRO
CIDADE / UF MONTE MOR/SP
C.G.C/C.P.F
INSCRIÇÃO



DADOS DO PROTOCOLO:

DATA DE ENTRADA 23/06/2022 15:16:22
ASSUNTO COMISSÃO PROCESSANTE

SITUAÇÃO DO PROTOCOLO ...ENVIADO
ÚLTIMO DESTINATÁRIO CHEFIA DE GABINETE

DESCRIÇÃO:

REFERENTE SOLICITAÇÃO DE FUNCIONARIO EFETIVO E CORPO JURIDICO.

MONTE MOR, 23 DE JUNHO DE 2022

MARIA ELISABETH H. AZEVEDO
Recepcionista

RESPONSÁVEL



Câmara Municipal de Monte Mor

"Palácio 24 de Março"



COMISSÃO PROCESSANTE

DENÚNCIA Nº 02/2022

MEMORANDO INTERNO

Monte Mor, 23 de junho de 2022

MEMORANDO 02/2022

Ref. Solicitação de funcionário efetivo e corpo jurídico.

Senhor Alexandre,

A Comissão Processante constituída para apurar a Denúncia 02/2022, conforme PORTARIA Nº 60 DE 22 DE JUNHO DE 2022 (Folha 382) deste processo, solicita a disponibilidade do funcionário efetivo, Arthur Rehder da Cunha Patuci – Coordenador Legislativo, bem como o apoio do departamento jurídico para acompanhar os trabalhos desta Comissão nos trâmites referente a Denúncia.

Observação: Desconsiderando o protocolo 284/2022, pelo sistema via CECAM.

Monte Mor, 23 de junho de 2022

VEREADORA WAL DA FARMÁCIA
Presidente da Comissão Processante

Exmo. Senhor Alexandre Pinheiro
Presidente da Câmara Municipal de Monte Mor
Nesta.



Câmara Municipal de Monte Mor

"Palácio 24 de Março"

DESPACHO DO PRESIDENTE

COMISSÃO PROCESSANTE

DENÚNCIA Nº 02/2022

DESPACHO DO PRESIDENTE



DESPACHO Nº 002/2022

O Presidente da Comissão Processante, no uso de suas atribuições legais, considerando o que dispõe o inciso III, Artigo 5º do Decreto-Lei nº 201/1967;

Considerando o recebimento da DENÚNCIA Nº 02/2022 conforme PORTARIA nº 60 de 22 de JUNHO de 2022 (Folha 382) deste processo.

CONVOCA:

Os membros eleitos e qualificados conforme PORTARIA nº 60 de 22 de JUNHO de 2022 (Folha 382) deste processo, seus assessores, o Coordenador Legislativo, Arthur Rehder da Cunha Patuci e um representante do departamento jurídico desta casa, para a primeira reunião da COMISSÃO PROCESSANTE a realizar-se na sala de reuniões da Câmara Municipal de Monte Mor no dia 24 de junho de 2022 às 10:00 horas para análise prévia.

Monte Mor, 23 de junho de 2022.

VEREADORA WAL DA FARMÁCIA
PRESIDENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE



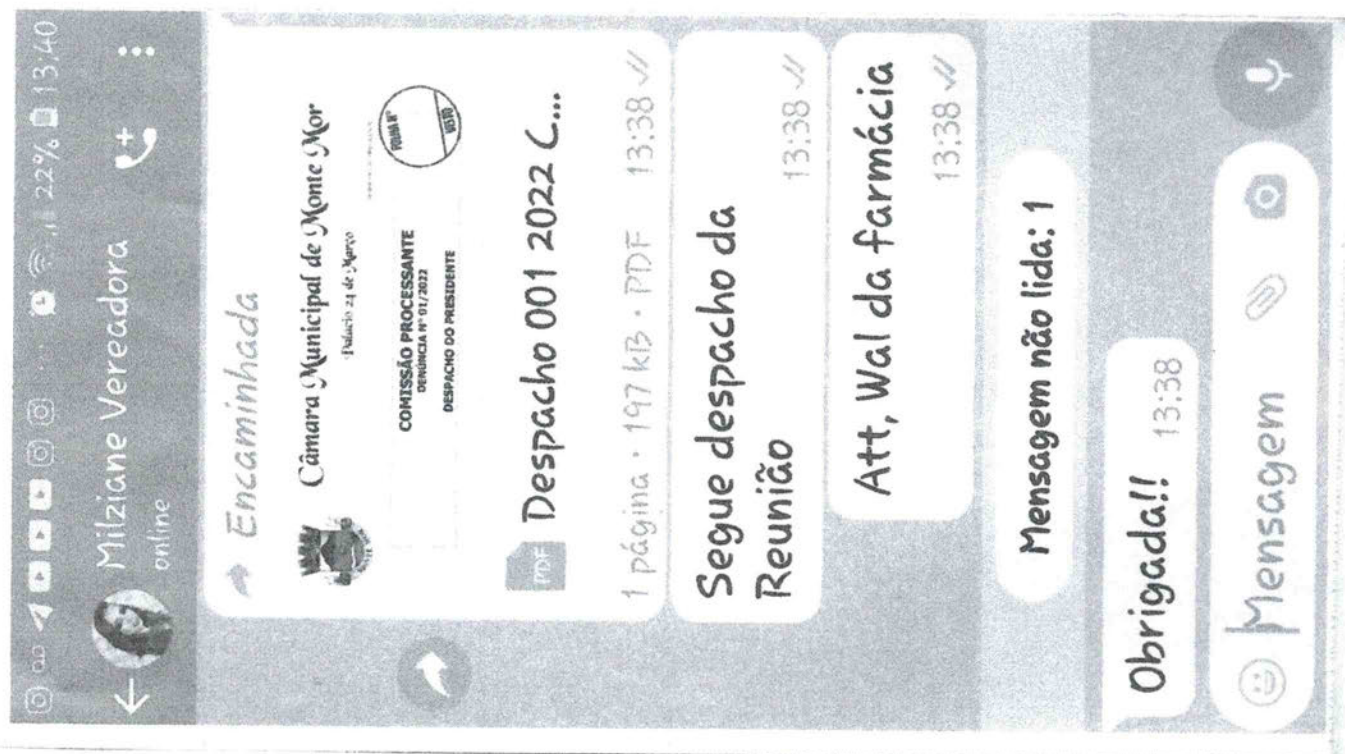
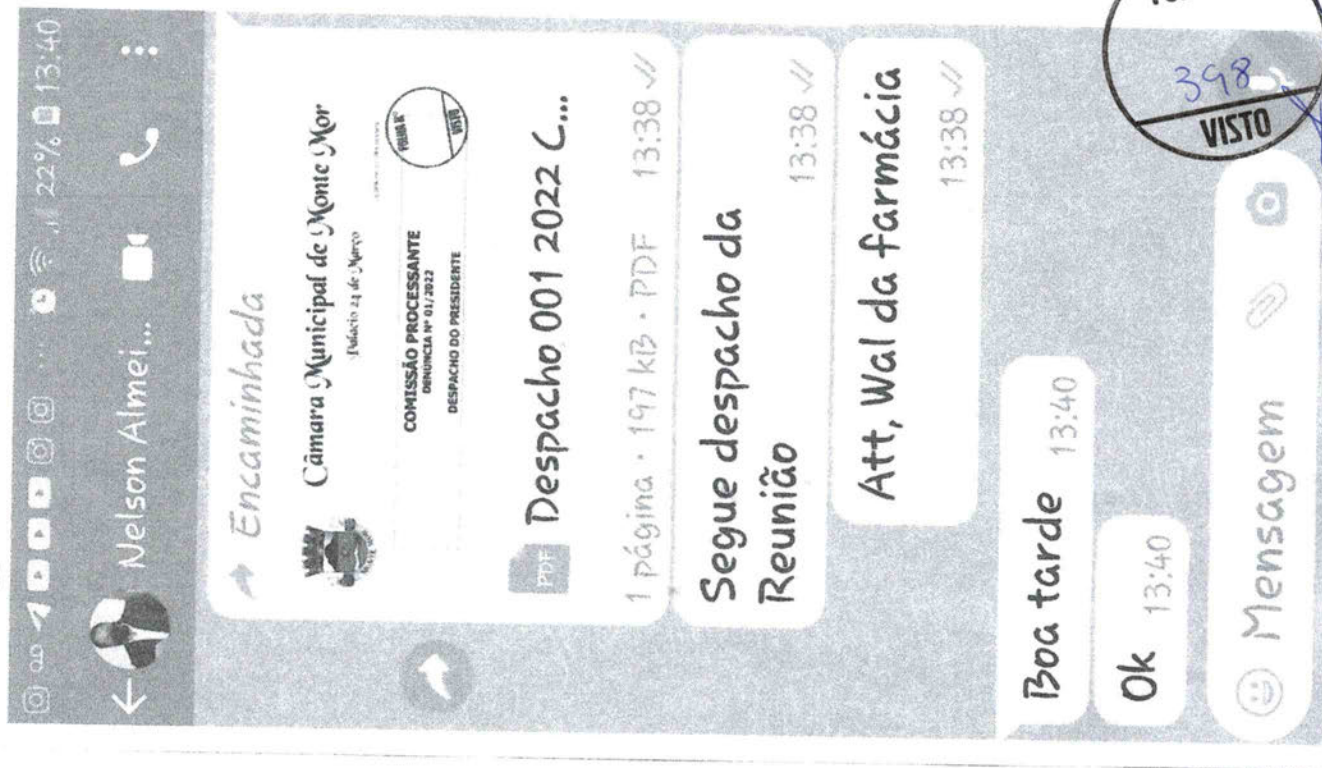
Câmara Municipal de Monte Mor

"Palácio 24 de Março"

FOLHA Nº

398

VISTO



Wal Joandsin <waljoandsin@camaramontemol.sp.gov.br>

Boa tarde Nobres,

Peço a gentileza para que desconsidere este e-mail

Sem mais para o momento

Atenciosamente

Vereadora

Wal da Farmacia

...

Wal Joandsin <wal.joandsin@cam.ac.uk> Item sp qôv bi>

para Miliziane, Nelson, Pedro Soares, Kelen, Adriana, Milena Costa, Douglas Crisante, Arthur Rêder.

Boa tarde Nobres

Pego gentilmente que considere este e-mail. Pois devido a um erro de digitação, o anterior foi cancelado

Agradeço a compreensão de todos

Copyright © 2006 by John Wiley & Sons, Inc.

QUALITATIVE AND QUANTITATIVE

Atenciosamente

Vereadora Wal da Farmácia

...



FOLHA Nº
399
VISTO

← Responder

« Responder a todos

→ Encaminhar



Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

Monte Mor, 23 de junho de 2022.

Memorando DGCMMM N° 34/2022

À Sua Excelência,
Sra. Valdirene Joandsin Silva- Wal da Farmácia
Vereadora – Gabinete n° 02
Câmara Municipal de Monte Mor
Monte Mor/SP



Assunto: Entrega da chave reserva do gabinete n° 02 CMMM.

Excelentíssima Senhora Vereadora,

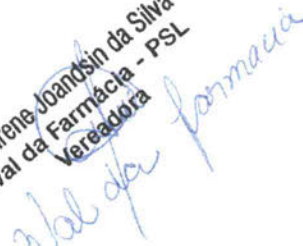
Venho, por meio deste Memorando, formalizar o que fora tratado por telefone, referente à Denúncia n° 02/2022. Assim, encaminho a seu pedido e aos seus cuidados, até a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante resultante da denúncia citada, a chave reserva do seu gabinete, qual seja o de n° 02 desta Câmara Municipal.

Vale frisar que esta Administração, após a entrega da citada chave reserva do citado gabinete à Vossa Excelência, fica a partir de então SEM NENHUMA chave do gabinete n° 02.

Sendo assim, caso deseje a limpeza de seu gabinete, que ocorre semanalmente, favor solicitar à esta Diretoria Geral, que acionará imediatamente a pessoa responsável que somente fará a limpeza na presença da Nobre Vereadora ou de sua Assessora Parlamentar.

Sem mais para o momento, coloco-me à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos, ao passo que renovo meus protestos de estima e consideração.


RENATA BERNARDO DE SOUSA
Diretora Geral


Valdirene Joandsin da Silva
Wal da Farmácia - PSL
Vereadora



Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

ATA COMISSÃO PROCESSANTE 02/2022

COMISSÃO PROCESSANTE DENÚNCIA Nº 02/2022

ATA DE REUNIÃO 01 CP 02/2022



Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de junho de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 10:00 horas (dez), na sala de reuniões da Câmara Municipal de Monte Mor, realizou-se a Reunião da Comissão Processante Denúncia nº 02/2022 (CP). Presentes os Vereadores membros, a saber, Vereadora Wal da Farmácia (Presidente), Vereador Nelson Almeida (Relator) e a Vereadora Milziane Menezes (Membro). Presentes também, nesta reunião, os Assessores Parlamentares, Milena Cristina Batista Costa (Vereadora Wal da Farmácia), Douglas Crisante de Almeida (Vereador Nelson Almeida) e Kelen Adriana de Castro (Vereadora Milziane Menezes), e ainda a Sra. Renata Bernardo de Sousa (Diretora Geral da Câmara) e Dr. Pedro Boareto (Diretor Jurídico da Câmara).

Aberta a reunião, a Presidente saudou a todos, agradecendo aos assessores e aos diretores da Câmara presentes, os quais prontamente atenderam à solicitação da Comissão Processante conforme Protocolo nº 286/2022 em 23 de junho de 2022 para participar da reunião, assessorando e orientando aos trâmites iniciais do Processo Administrativo da Denúncia 02/2022 recebida pelo plenário da Câmara Municipal de Monte Mor em 20 de junho de 2022 na 20ª Sessão Ordinária conforme PORTARIA 60 DE 22 DE JUNHO 2022. A Vereadora Wal da Farmácia (Presidente), solicitou que todos os assessores participem das reuniões da CP 02/2022 sendo designado o seguinte: a assessora parlamentar Sra. Kelen irá auxiliar na confecção das atas das reuniões, a começar por esta. O assessor Douglas, fica responsável por digitalizar os documentos e auxiliar na organização do processo físico e a assessora Milena, em redigir os documentos bem como cuidar dos trâmites (recebimento e envio) e a juntada aos autos do processo. Tal solicitação foi acatada e aprovada de forma unânime pelos membros da CP. Conforme despacho nº 02 (folha 397) deste processo, a Presidente informou que esta reunião foi convocada para que se dê início aos trabalhos da CP 02/2022, nos termos do inciso III, artigo 5º do Decreto-Lei nº 201/1967, sendo ciência de recebimento da Denúncia e NOTIFICAÇÃO PESSOAL do denunciado dentro do prazo conforme Decreto-Lei mencionado. A Presidente informou o departamento jurídico e demais membros que o Processo será guardado em cofre no Gabinete 02 da Câmara e será feita 2 (duas) cópias. Uma cópia do processo será entregue ao denunciado conforme o Decreto-Lei (cópia da denúncia e dos documentos que a instruem) garantindo sua ampla defesa e contraditório e a outra será disponibilizada aos vereadores sempre na presença da presidente, após análise e preservação dos dados sensíveis, conforme 13.709 de 2018 e comunicação ao Ministério Público. A presidente ressaltou que os trabalhos serão desenvolvidos com imparcialidade e principalmente, dentro da mais ampla legalidade. Foi facultada a palavra ao Sr. Pedro (Diretor Jurídico), o qual fez uma explanação dos procedimentos legais, em especial o rito processual no Decreto-lei 201/1967, quanto aos próximos passos da Comissão, os prazos e a notificação pessoal do Denunciado e, se necessário, da notificação por edital. Ficou decidido que a Presidente da Comissão é quem será a responsável pela notificação pessoal do Denunciado, podendo ter o apoio dos assessores e servidores de carreira. A Sra. Renata e o Dr. Pedro, solicitaram que qualquer pedido, seja feito de forma antecipada e formal. Quanto ao rito de oitivas, embora de

[Handwritten signatures]



Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



forma preliminar, os membros decidiram que serão gravadas em áudio e vídeo e transcritas posteriormente, já solicitando antecipadamente a Sra. Renata, que seja disponibilizado estrutura apropriada para filmar e captar o áudio com qualidade que possa ser juntado ao processo. Ficou claro para os membros que se trata um processo de apuração de fatos e não investigativo e que documentos que não forem pertinentes a Denúncia 02/2022 serão colocados em apenso. Em relação a comunicação com a imprensa, foi recomendado aos membros que evitem entrevistas durante o período de apuração dos fatos referente a denúncia 02/2022. Com relação a disponibilização de informações sobre o andamento dos trabalhos, serão feitos de forma oficial pela Presidente da CP através da Assessoria de Imprensa da Câmara Municipal de Monte Mor. Neste momento o Dr. Pedro e a Sra. Renata não autorizaram a divulgação de suas imagens e sugeriram que esta Ata fosse colocada em apartado, mas os membros decidiram juntar ao processo. A presidente informou que levará o processo ao Ministério Público, após a notificação pessoal do denunciado, quanto a denúncia que foi recebida com grande quantidade de dados sensíveis. Ao final da reunião, a Presidente pediu de forma enfática, para que todos respeitem os horários determinados nas convocações. Assim a Presidente deu por encerrada a presente reunião da Comissão Processante, às 11:20 horas (onze horas e vinte minutos), agradecendo a todos os presentes.

Monte Mor, 24 de junho de 2022


Vereadora Wal da Farmácia
Presidente da Comissão Processante


Nelson Almeida
Relator


Milziane Menezes
Membro


Milena Cristina Batista Costa
Assessora Parlamentar


Helen Adriana de Castro Magalhães Ferreira
Assessora Parlamentar


Douglas Crisante de Almeida
Assessor do Vereador Nelson Almeida



Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Certifico para os devidos fins que aos 24 de junho de 2022, nesta Câmara Municipal de Monte Mor, fiz o encerramento do Volume I do processo Político Administrativo, referente denúncia nº 02/2022, às fls. 403.

Monte Mor, 24 de junho de 2022


VEREADORA WAL DA FARMÁCIA
PRESIDENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE